



Periodicojs
EDITORA ACADÊMICA



Alessandra de Carvalho Vaz Costa

PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO



uma análise crítica- reflexiva acerca das
atividades realizadas na Escola Municipal
Benjamim Farah em 2017 - Bom Jesus da Lapa - BA



Periodicojs
EDITORA ACADÊMICA

Volume XXVII da Seção de Pesquisas na América Latina da Coleção de livros Humanas em
Perspectiva

Alessandra de Carvalho Vaz Costa

PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO



uma análise crítica- reflexiva acerca das
atividades realizadas na Escola Municipal
Benjamim Farah em 2017 - Bom Jesus da Lapa - BA

1. Educação: 370

Obra sem financiamento de órgão público ou privado

Os trabalhos publicados foram submetidos a revisão e avaliação por pares (duplo cego), com respectivas cartas de aceite no sistema da editora.

**A obra é fruto de estudos e pesquisas da seção de Seção de Pesquisas na América Latina da
Coleção de livros Humanas em Perspectiva**



**Filipe Lins dos Santos
Presidente e Editor Sênior da Periodicojs**

CNPJ: 39.865.437/0001-23

Rua Josias Lopes Braga, n. 437, Bancários, João Pessoa - PB - Brasil
website: www.periodicojs.com.br
instagram: @periodicojs

Prefácio



A obra intitulada de “Programa Mais Educação: uma análise crítica- reflexiva acerca das atividades realizadas na Escola Municipal Benjamim Farah em 2017 - Bom Jesus da Lapa - BA ” é fruto da investigação da pesquisadora Alessandra de Carvalho Vaz Costa. A publicação do trabalho junto a Editora Acadêmica Periodicojs se encaixa no perfil de produção científica produzida pela editora que busca valorizar diversos pesquisadores por meio da publicação completa de suas pesquisas. A obra está sendo publicada na seção Tese e Dissertação da América Latina.

Essa seção se destina a dar visibilidade a pesquisadores na região da América Latina por meio da publicação de obras autorais e obras organizadas por professores e pesquisadores dessa região, a fim de abordar diversos temas correlatos e mostrar a grande variedade temática e cultural dos países que compõem a América Latina.

Essa obra escrita pela pesquisadora permite que possamos pensar sobre a aplicabilidade e efetividade de uma política pública de estímulo ao processo de educação por meio do Programa Mais Educação. Os dados levantados e a análise feita pela autora servem de base para melhorias de qualidade das políticas públicas, bem como reflexão sobre o próprio sistema de ensino, a fim de proporcionar uma educação mais inclusiva e efetiva.



Filipe Lins dos Santos

Presidente e professor do Instituto de Ensino e Pesquisa Periodicojs



Sumário



Capítulo 1

TRILHANDO OS CAMINHOS METODOLÓGICOS

14

Capítulo 2

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

29

Capítulo 3

ANÁLISE DOS DADOS

60

Considerações Finais

90

Referências Bibliográficas

96





Introdução

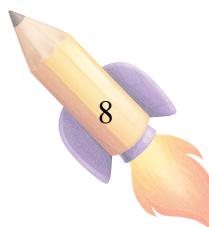
O papel da educação não poderia ser maior na tarefa de assegurar uma transformação socialista plenamente sustentável. A concepção de educação aqui referida – considerada não como um período estritamente limitado da vida dos indivíduos, mas como o desenvolvimento contínuo da consciência socialista na sociedade como um todo – assinala um afastamento radical das práticas educacionais dominantes sob o capitalismo avançado. (MÉSZÁROS, 2008, p. 79).

Refletir sobre a realidade educacional, suas nuances, as formas de resistência e lutas que nela emergem, não é tarefa fácil. Engendra-se como necessidade prioritária pensar uma educação que contemple os anseios e especificidades dos educandos nos mais díspares contextos.

Nesse cenário de discussões se encontra também o Programa Mais Educação que, além de propor uma concepção educativa com vistas a melhorar a aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática dos alunos do 3º ao 9º ano do ensino fundamental das escolas da rede pública, propõe uma ressignificada possibilidade de educação que contemple o desenvolvimento holístico dos sujeitos. Para atingir esse objetivo, o programa engendra-se como um espaço de promoção do acompanhamento pedagógico nessas disciplinas e atividades complementares de artes, cultura, esporte e lazer no contraturno.

Outrossim, o referido programa conta com a articulação institucional e a cooperação entre as redes de ensino, bem como com o suporte técnico e financeiro do Ministério da Educação – MEC. Dessa forma, a análise do Programa “Mais Educação”, que faz parte do Plano de Desenvolvimento Educacional (PDE) a partir do ano de 2007 emerge no sentido de ampliar o tempo de permanência dos estudantes na escola, por meio da oferta da educação integral.

Nesse ínterim, o estudo justifica-se pela relevância que a educação integral passa a ter no cenário das políticas educacionais em contexto recente e a necessidade de compreensão e aprofunda-



mento do tema. Objetiva analisar e refletir a respeito das atividades desenvolvidas na Escola Municipal Benjamim Farah no ano de 2017 em Bom Jesus da Lapa - Ba, em uma perspectiva de compreender como o Programa Mais Educação considera a otimização do espaço físico para o bom atendimento dos estudantes, bem como vem trabalhando para a qualidade de ensino envolvendo seus atores (monitores, gestores, professores, coordenadores, funcionários, alunos e família) a fim de justificar o investimento e a implantação da jornada de contraturno, como uma política pública educacional, que traz melhorias para o contexto escolar.

O Programa Mais Educação retoma a temática da Educação Integral com a ampliação do tempo escolar e a organização curricular através de atividades ofertada no contraturno contribuindo para a formação integral de crianças, adolescentes e jovens. Tendo como objetivo promover à mediação entre a escola, família e a comunidade, minimizando as desigualdades sociais, combatendo a evasão escolar, a distorção idade/série, articulando com ações e práticas curriculares das escolas da rede pública.

Como base teórica para a educação integral, destacam-se Anísio Teixeira (2007), Cavaliere (2007) e J. Moll (2007 e 2011), que discutem a sua importância, as políticas públicas que envolvem essa modalidade de ensino e a formação docente na contemporaneidade.

O Programa Mais Educação possibilita às escolas ofertar várias atividades através dos macrocampos: acompanhamento pedagógico (letramento e matemática), educação ambiental, educação econômica, esporte e lazer, educação em direitos humanos, artes e educação patrimonial, uso de mídias, entre outros.

Além das atividades descritas, a outras como: formação cultural, social, artística, música, teatro, dança e artesanato. A proposta pedagógica tem o intuito de proporcionar novas experiências, habilidades e saberes, partindo da ideia de que os alunos são sujeitos de diferentes identidades culturais e contextos sociais. Neste contexto, o programa é um compromisso articulado entre as distintas áreas dos saberes.



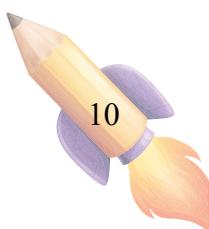
Dessa forma, constitui-se em uma ação que implica as variáveis de tempo, espaço e oportunidades educativas, levando as instituições escolares a pensar em novas propostas curriculares voltadas para a aprendizagem aliada as práticas sociais. Partindo desse pressuposto Moll (2009) compreende que ampliação da jornada, significa uma oportunidade para “[...] construir novas organizações curriculares voltadas para concepções de aprendizagens como um conjunto de práticas e significados multirreferenciados, inter-relacionais e contextualizados. (MOLL, 2009, p. 36).

Paulo Freire também abordou esta problemática afirmando ser indispensável a ampliação do tempo de permanência do aluno na escola, mas sem a hierarquização de saberes. Segundo ele, “[...] não será essa escola, de quatro e até três horas diárias, parada mais de três meses ao ano [...], escola perdida, toda ela, ou quase toda ela, no nervosismo imposto pelo cumprimento dos programas [...] que irá integrar esse educando com as realidades [...]” (FREIRE, 2002, p. 88).

As questões curriculares e de ampliação do tempo de permanência estão intimamente ligadas às questões estruturais das unidades escolares que, em sua maioria, já não eram adequadas a turnos reduzidos, quando mais às novas exigências de um programa como o Mais Educação.

Objetivando a contemplação dos objetivos acima propostos, faz-se necessário o norteamento das atividades a partir das questões que conduziram o trabalho. Levantamos duas hipóteses: A concepção que os atores têm sobre a funcionalidade do contraturno nas escolas municipais que aderiram ao programa e sua eficiência em uma política pública gera participação coletiva da comunidade, dos representantes escolares e dos políticos municipais? Será que a forma de utilização do financiamento para a implantação do Programa Mais Educação na escola municipal de Bom Jesus da Lapa traz melhoria para a qualidade de ensino e por sua vez tem facilitado as ações políticas educacionais no município?

Construir sujeitos críticos, sabedores de seus direitos, ampliando os horizontes de conhecimentos, possibilitando acesso a diferentes instrumentos culturais, sair do contexto, criar, enfim, pensar e criticar a partir do que aprendeu, tendo novas possibilidades de apropriação do aprendizado, são

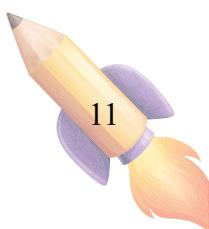


objetivos do PME como indutor de educação integral, numa perspectiva de fortalecer ou, quem sabe, reconstruir a trajetória escolar dos alunos participantes do programa nesse processo de transformação da escola pública. Uma escola com qualidade de ensino e verdadeiro templo do saber.

Como método condutor desta pesquisa, adotamos a metodologia qualitativa, a qual se engendra na análise de fenômenos sociais históricos, híbridos, complexos e antagônicos produtores das mais diversas transformações sociais. À priori, utilizamos fontes bibliográficas em artigos, textos e livros para coletar as informações necessárias e elaborar os dados norteadores da pesquisa, como elementos basilares que historicizam o contexto do Programa Mais Educação e a luta para a efetivação dessa modalidade, enquanto política pública, as quais possibilitarão a ampliação de conhecimentos em consonância com aquilo que está prescrito.

Na pesquisa de campo, os dados foram coletados por meio de análises documentais, entrevista semiestruturada e questionários. De acordo com Lüdke e André (1986) a entrevista se constitui como um instrumento na coleta de dados, permitindo correções, esclarecimentos e adaptações na observação das informações desejadas. Com efeito, foram nove (09) sujeitos envolvidos nesta pesquisa, sendo cinco (05) mediadores, um (01) Gestor Escolar, um (01) Coordenador Pedagógico e dois (02) alunos. Vale registrar que após a coleta dos dados, as informações foram sistematizadas e organizadas em figuras, quadros, gráficos e tabelas. Antes da realização das entrevistas e da aplicação dos questionários, os participantes receberam uma carta explicativa acerca da natureza da pesquisa, seu objetivo principal, sua relevância, a necessidade de responderem as questões e os agradecimentos pela participação, bem como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Nesse contexto, observamos a relevância da relação dialética ao reconhecermos os envolvidos neste processo como agentes capazes não apenas pela abstração, mas também pela legitimação e perpetuação histórica e cultural no que se refere ao Programa Mais Educação a partir de uma análise crítica- reflexiva acerca das atividades realizadas na Escola Municipal Benjamim Farah em 2017/ Bom Jesus Da Lapa - Ba



Esta dissertação está organizada em três capítulos:

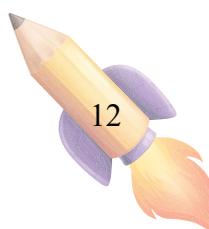
No espaço reservado para a Introdução apresenta-se a temática pesquisada, o problema, a justificativa e os objetivos.

O primeiro capítulo traça os Caminhos Metodológicos, elucidando os participantes, o método e a metodologia utilizados, com enfoque na abordagem qualitativa, centrada na abstração da essência, ou melhor, do real concreto a partir das análises documentais intrínsecas ao objeto pesquisado.

O segundo capítulo enfatiza as Vias Históricas das Políticas Públicas para a Educação no Cenário Brasileiro com ênfase no Programa Mais Educação. Nesse ínterim, organizamos a escrita do texto a partir de uma lógica que vai do universal ao singular. Cheptulin (1982, p. 34) enfatiza que “no conceito, esses momentos encontram-se em estado de interdependência e de correlação orgânicas”. Desse modo, como a referida pesquisa tem o objetivo de analisar o Programa Mais Educação a partir de uma análise crítica- reflexiva acerca das atividades realizadas na Escola Municipal Benjamim Farah em 2017/ Bom Jesus Da Lapa – Ba. Optamos por traçar um panorama sobre o Programa Mais Educação, bem como destacando as particularidades presentes no Estado como elo sustentador dessa política pública ressaltando os aspectos que norteiam a relação entre a educação versus proposta real aprofundando um estudo sobre esse referido fenômeno e os seus objetivos pontuais. Em se tratando do aspecto singular, faremos uma retomada a despeito do programa no contexto de uma escola pública os seus avanços, desafios e possibilidades. Além disso, teceremos uma análise sobre o Projeto Político-Pedagógico como instrumento de construção da identidade escolar que adota o Programa Mais Educação, aspecto este engendrador de ações transformadoras.

Consecutivamente, no terceiro capítulo é apresentada a Análise dos dados que corresponde ao ápice da pesquisa de campo, onde de forma dialógica e criteriosa, são realizadas as inferências necessárias das falas dos sujeitos pesquisados estabelecendo uma relação direta com o objeto desse estudo.

Nas Considerações Finais, são abordados os achados da pesquisa em harmonia com as dis-



cussões teóricas que auxiliaram na compreensão do tema escolhido. Posteriormente, discorrem-se acerca dos aspectos relevantes da pesquisa como aporte teórico para educadores, estudantes e demais profissionais da educação que estão em constante busca de novos conhecimentos sobre as implicações das práticas pedagógicas no processo educacional.



Não se pode construir uma casa sem pregos e sem tábuas.

Se você não quer que uma casa seja construída, esconda os pregos e as tábuas.

Ray Bradbury, Fahrenheit 451

A pesquisa auxilia o ser humano a percorrer caminhos para apropriar-se do conhecimento por meio das inquietações, das curiosidades, das angústias e indagações, levando os indivíduos a investigarem o objeto de estudo. Portanto, é uma atividade que busca satisfazer a curiosidade natural do ser humano dentro de uma corrente de pensamentos que se acumulam no decorrer do processo de investigação. Logo, a pesquisa tem dimensão social e caráter político e não é isolada da realidade humana. É um instrumento enriquecedor do conhecimento que valoriza o senso e propicia uma reflexão filosófica.

Desse modo, a pesquisa científica tem como foco nortear o trabalho do pesquisador objetivando gerar novos conhecimentos em busca de respostas para desvelar o objeto estudado e trazer contribuições para a sociedade. De acordo com Marconi e Lakatos (2011, p.1), a pesquisa é definida como “[...] um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais”. Logo, realizar uma pesquisa não significa apenas coletar dados, mas sim analisá-los, interpretá-los à luz de uma teoria, de um método e das experiências de vida no qual o pesquisador, por meio das perguntas formuladas e da realidade abordada, buscará fatos ou princípios que o levará há determinado conhecimento.

Para alcançar o objetivo aqui proposto, lancei mão de uma pesquisa de cunho qualitativa, por entender que este tipo de pesquisa contempla questões pontuais como as relações estabelecidas pelos sujeitos envolvidos em situações cotidianas ao campo da pesquisa. Para Minayo “trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”.



(1994, p. 21)

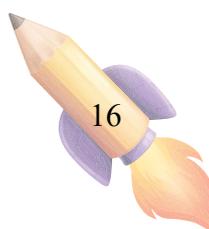
Assim, os procedimentos metodológicos têm como objetivo traçar caminhos que serão percorridos pelo pesquisador relacionando teoria e prática, por meio de métodos que possibilitem a pesquisa.

O método pode ser compreendido também como maneira determinada de procedimentos para ordenar a atividade, a fim de se chegar a um objetivo. No campo científico ele é entendido como um conjunto de procedimentos sistemático que visa ao desenvolvimento de uma ciência ou parte dela. No sentido aqui empregado, o método de alfabetização compreende o caminho (entendido como direção e significado) é um conjunto de procedimentos sistemáticos que possibilitam o ensino e a aprendizagem da leitura e da escrita. Assim, precisamos explicitar que não temos a intenção de negar a importância dos métodos. Ao contrário, acreditamos que o ensino sistemático do sistema alfabético é não só desejável como também necessário. (GALVÃO; LEAL, 2005, p.17).

No entanto, os métodos são conjuntos de atividades ou procedimentos realizados ao longo da pesquisa para se chegar a um determinado objetivo, pois é por meio da metodologia que o pesquisador vai esclarecer passo a passo os seus objetivos de estudo dando clareza e coerência a sua pesquisa. Assim, teoria e metodologia estão interligadas para esclarecer o objeto estudado.

A referida pesquisa foi pautada na abordagem qualitativa e buscou compreender, interpretar, descrever e explicar o fenômeno pesquisado por meio dos significados da fala dos sujeitos interligando com as teorias embasadas. Portanto, a abordagem qualitativa é um processo indutivo natural que visa à fidelidade das experiências no contexto de vida dos sujeitos no seu cotidiano.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preo-



cupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 1995, p.21-22).

Nesse sentido, a pesquisa qualitativa preocupa-se em compreender a realidade dos fenômenos a serem investigados, relacionando o mundo real com a subjetividade e particularidade de cada sujeito, atribuindo significados.

Logo, foi realizada uma pesquisa de campo que deu acesso aos fatos do objeto de estudo. Segundo Marconi e Lakatos (2011, p. 69), “a pesquisa de campo consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presumem relevantes, para analisá-los”. Assim, com a pesquisa de campo foi possível observar e coletar dados reais sem haver interferências ou contato direto com o pesquisado, ou seja, os dados foram coletados espontaneamente.

A pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas [...]. (GONÇALVES, 2001, p.67).

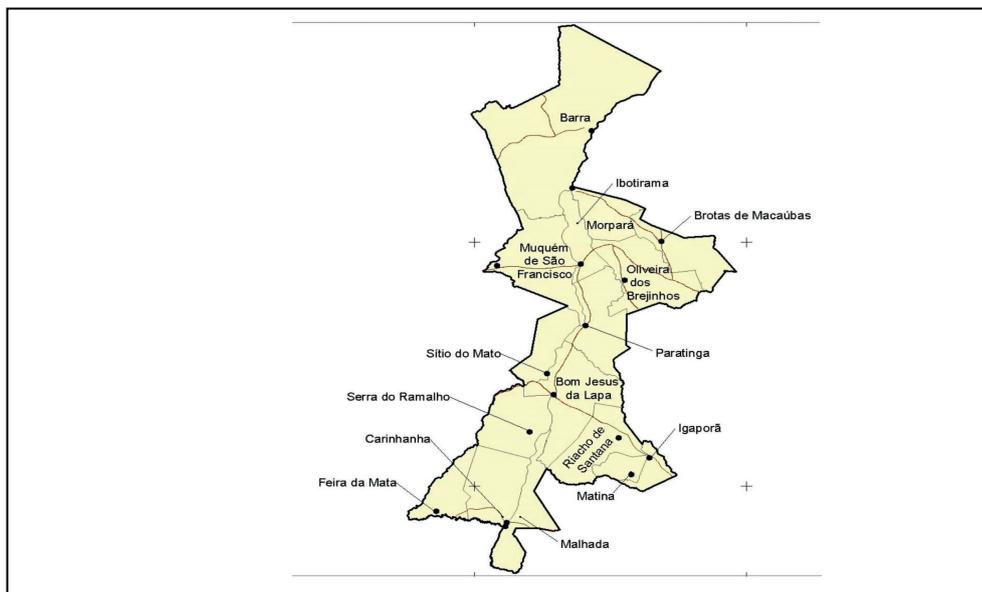
Dessa maneira, com a pesquisa de campo, o estudo foi realizado por meio das observações dos fatos e fenômenos ocorridos dentro das salas de aula do 3º, 4º e 5º anos iniciais, nas quais foram coletados dados e informações relevantes que ajudaram a analisar, compreender e explicar o fenômeno pesquisado.



Contexto da pesquisa

A referida pesquisa foi realizada no município de Bom Jesus da Lapa, conforme apresentado na Figura 1, que está situado na Região Oeste do Estado da Bahia. Segundo uma estimativa do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) no ano de 2017, a cidade possui uma população de 70.618 habitantes, tendo uma densidade demográfica de 15,11 hab./km². Limita-se com as cidades de Serra do Ramalho, Paratinga, Riacho de Santana e Sítio do Mato. Sua altitude é de 483 metros e possui 4.148,5 km² de extensão territorial.

Figura 1: Mapa de Bom Jesus da Lapa - BA e os municípios com os quais faz limite



Fonte: Jornal O Expresso - 23/02/2016.

O município era primitivo, ou seja, seus primeiros habitantes foram os índios Tapuias. O território foi desbravado somente no final do século XVII, pelas bandeiras organizadas pelo mestre de campo Antônio Guedes de Brito. Os bandeirantes instalaram várias fazendas na região oeste, a mais conhecida era “Fazenda Morro” que originou o povoado com o nome Bom Jesus.



Somente no ano de 1679, Francisco Mendonça Mar chegou ao Brasil e começou a trabalhar como ourives e pintor por vários anos e decidiu deixar para trás todos os seus bens e saiu caminhando pelo mundo para cumprir penitência com uma imagem do Bom Jesus e de Nossa Senhora da Soledade nos braços. Chegando ao sertão nordestino em 1681, avistou uma aldeia de índios tapuias, localizada perto de um morro e do rio São Francisco, no qual ficou encantado com a beleza daquela gruta e decidiu se instalar.

Depois de algum tempo, Mendonça Mar foi encontrado por garimpeiros que saíram espalhando a notícia que na gruta habitava um homem santo. Assim, a imagem foi posta em um altar e muitos peregrinos e aventureiros foram chegando e se instalando à beira do rio São Francisco, formando um pequeno arraial. Esse arraial foi crescendo e se elevando a vila no ano de 1890. Hoje, a cidade ficou conhecida como Bom Jesus da Lapa, Capital Baiana da fé que arrasta multidões nas romarias do mês de agosto e setembro.

Em se tratando do número de matrículas efetivadas no campo e cidade tem-se os seguintes resultados elucidados na Tabela 1:

Tabela 1 – Número de matrículas Campo-Cidade

MUNICÍPIO	2015		2016		2017		2018	
	Campo	Cidade	Campo	Cidade	Campo	Cidade	Campo	Cidade
Bom Jesus da Lapa	6.097	12.890	5.580	13.540	5.789	14.206	5.688	13.958

Fonte: SEMED – Secretaria Municipal de Educação

Em se tratando do número de escolas no campo e na cidade, Bom Jesus da Lapa apresenta os seguintes dados:



Tabela 2 – Número de escolas Campo-Cidade

MUNICÍPIO	2015		2016		2017		2018	
	Campo	Cidade	Campo	Cidade	Campo	Cidade	Campo	Cidade
Bom Jesus da Lapa	55	32	55	33	52	34	35	32

Fonte: SEMED – Secretaria Municipal de Educação

Espaço da pesquisa

A história da Escola Municipal Benjamim Farah, teve início com o anseio da Loja Maçônica Luz e Liberdade de fazer algo em prol do bem-estar da comunidade lapense. Então buscou adquirir recursos necessários e recebeu, no dia 22 de junho de 1976, como doação, um lote de terra localizado no bairro Amaralina, antigo loteamento Alto do Progresso. Eles tiveram o prazo de dois anos para que fosse construída uma escola primária que atenderia às crianças humildes daquela região

Figura 2 – Fachada da Escola Municipal Benjamim Farah



Fonte: Fotografado pela autora



A escola foi inaugurada dia 24 de setembro de 1978, atendendo a um total de 120 alunos oriundos dos bairros carentes da cidade. Nesse contexto histórico, a referida unidade escolar encontrava-se com duas salas de aula, uma secretaria, uma cantina e dois sanitários. Em 1979, a prefeitura de Bom Jesus da Lapa cedeu à escola duas professoras, disponibilizando 50 (cinquenta) carteiras. Essa referida unidade recebeu o nome de Benjamim Farah, em homenagem a um grande cidadão lapense que se dedicou muito para que se tornasse uma realidade. Posteriormente, através de recursos obtidos com a realização de eventos, a Loja Maçônica Luz e Liberdade construiu mais duas salas de aulas e um quarto para depósito.

Com o intuito de manter a escola para que ela pudesse cumprir o seu papel educativo atendendo aos anseios da população humilde de Bom Jesus da Lapa, a Loja Maçônica propôs ao Governo do Estado da Bahia um vínculo mediante a celebração de convênio de cessão de salas para prestação de serviços educacionais, colocando à disposição, naquele momento, 04 (quatro) salas nos turnos matutino e vespertino, comprometendo-se a obedecer aos critérios estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação.

No dia 28 de dezembro de 1993, o Governo do Estado da Bahia, através da portaria nº 593, concede autorização à escola para funcionamento do Ensino de 1º Grau (1ª a 8ª séries). Assim, somente em 2007, foi autorizado o funcionamento da EJA I e II na Modalidade de Jovens e Adultos.

Contudo, em agosto de 2008, ocorre a municipalização de algumas escolas estaduais, dentre elas essa referida unidade de ensino, e o convênio passa a ser da Loja Maçônica Luz e Liberdade com a Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Lapa. Nesse contexto, ampliou-se o acesso das crianças à escola com o aumento de profissionais atuando nessa instituição, o que significou um acréscimo significativo à educação.

Vale acrescentar, conforme apresentado no quadro 1, que a escola em toda a sua trajetória perpassou por um processo de avanço em suas propostas educativas, algo centrado como foco no Projeto Político-Pedagógico.



Quadro 1 – Dados cadastrais da unidade escolar

Unidade escolar	Escola Municipal Benjamim Farah						
Endereço	Av. Agenor Magalhães, S/N. Bairro Amaralina						
Telefones	(77) 34817101						
E-mail	escolabenjamimfarah@gmail.com						
Home-page ou Blog							
Cadastro no MEC/Inep	29043018						
Autorização de funcionamento							
Classificação Ideb	Ano	2005 3.1	2007 3.5	2009 3.9	2013 2.4	2015 4.2	2017 4.7
	Unidade escolar	Esc. Mun. Benjamim Farah					
	Município	Bom Jesus da Lapa					
Modalidades de ensino	Ensino Fundamental I						
Quantitativo de alunos	200						

Fonte: Censo escolar (2012) e facebook da Escola Municipal Benjamim Farah

A escola possui 20 (vinte) funcionários, dentre eles diretora, coordenadora pedagógica, professores, secretária, auxiliar de portaria, vigilante, e operadores da educação (auxiliares de limpeza e merendeiras).

Vale dizer que, como a LDBEN aponta em seu Art. 62 que a “formação docente para atuar na educação básica far-se-á em nível superior em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidade e institutos superiores de educação” (BRASIL, 1996), podemos dizer que a maior parte dos professores, bem como equipe gestora, é graduada em licenciaturas de áreas variadas, tais como: Pedagogia, Letras, Normal Superior e História. No entanto, a área de atuação não corresponde à formação dos professores.

No que concerne ao quantitativo de alunos, cabe acrescentar que a Escola Municipal Benjamim Farah possui, atualmente, 200 alunos matriculados do 1º ao 5º anos do Ensino Fundamental I, sendo que a faixa etária dos mesmos varia de 06 a 14 anos.



A atual gestão pauta-se num trabalho cuja função prioritária é gerir numa perspectiva democrática e participativa. A gestora escolar, nesses três anos de atuação, busca a dialogicidade como elemento fundamental para nortear os trabalhos desenvolvidos, bem como a aproximação com a comunidade escolar através de formas variadas de trabalho (palestras, ações sociais, projetos, etc), sendo esses requisitos fundamentais para o bom andamento das ações.

Participantes da pesquisa

A pesquisa teve como sujeitos 05 professores mediadores que atuam com as oficinas Letramento: Língua Portuguesa, Matemática, que são obrigatórios e os opcionais Capoeira, Teatro e Esporte (Futsal). Os macrocampos foram escolhidos através de uma reunião com a comunidade escolar e representações de alunos por turmas e turnos, contemplando alunos do 3º ao 5º ano das Séries iniciais do Ensino Fundamental. A coordenadora pedagógica que é graduada em Pedagogia e pós-graduada em Psicopedagogia, Gestão Educacional e Mídias na Educação. Atua como coordenadora desde 2008, e no ciclo de alfabetização inicial e complementar desde 2013. A diretora é graduada em Pedagogia.

A professora monitora de Letramento é graduada em Pedagogia e pós-graduada em Alfabetização e Letramento. A monitora de Matemática graduada em Normal Superior. Facilitadora de Educação Física, graduando na área de atuação. A facilitadora de teatro com formação em Pedagogia e o facilitador de capoeira possui o ensino fundamental, com experiência na oficina em que atua há trinta anos.

Cabe ainda acrescentar que a População envolvida nessa pesquisa foi de 11 professores, 01 gestor, 01 coordenador e 200 alunos. Destes, retirou-se uma amostra de 05 professores, 01 gestor, 01 coordenador e 60 Alunos. Assim, o tipo de amostragem foi não probabilística.

No decorrer da pesquisa, foram citados nomes fictícios para preservar a identidade dos sujeitos envolvidos conforme os princípios éticos. Conforme elucidado na Tabela 1, a escola segue um



determinado grupo de funcionários atuando.

Tabela 3 - Distribuição dos funcionários da escola e suas funções

PROFISSIONAIS	QUANTIDADE
Professores regentes	11
Professor da sala Atendimento Educacional Especializado,	NÃO TEM
Professor Monitor do laboratório de informática PROINFO	NÃO TEM
Secretaria	01
Porteiro	01
Merendeira	02
Auxiliares de serviços gerais	02
Diretora	01
Vice - diretora	NÃO TEM
Coordenadora Pedagógica	01
Vigilante	01

Fonte – Secretaria da escola pesquisada

Instrumentos e procedimentos de análise de dados

Os instrumentos de coleta de dados são utilizados para desenvolver a pesquisa com o intuito de obter respostas para os questionamentos propostos sobre o objeto estudado, ou seja, são atos de pesquisar, de juntar provas, documentos, informações necessárias que facilitarão a análise dos fatos e dos fenômenos ocorridos. Segundo Gil (1995, p. 158), “as fontes escritas, na maioria das vezes, são muito ricas e ajudam o pesquisador a não perder tanto tempo na hora da busca de material em campo, sabendo que em algumas circunstâncias só é possível a investigação social através de documentos”. Sendo assim, a referida pesquisa foi desenvolvida por meio dos instrumentos da entrevista, observação e análise documental.

A entrevista é um instrumento que colhe informações necessárias para o estudo do objeto pesquisado através das conversas orais, individuais ou em grupos, sendo que o pesquisador deve ter



o cuidado de registrar exatamente o que foi dito. Conforme Marconi e Lakatos,

A entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante a uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social. (2011, p. 69).

Assim, será possível uma análise estática dos dados coletados, obtendo todas as informações desejadas a respeito de determinados assuntos de forma natural e espontânea. Dessa forma, foi realizada uma entrevista semiestruturada com cinco (05) professores monitores, uma (01) diretora, uma (01) coordenadora pedagógica. Os aspectos questionados estavam organizados em um roteiro com perguntas básicas que serviu como um guia para melhor esclarecimento sobre o tema pesquisado. Esse roteiro foi complementado com outras perguntas, de acordo com as circunstâncias momentâneas que a entrevista prosseguiu. Segundo Trivinos (1987, p. 146), a entrevista semiestruturada “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...], além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações”. Com base na fala do autor, a entrevista semiestruturada apoia-se nas teorias e hipóteses relacionadas ao tema da pesquisa para que se possa fazer um questionamento básico do tema pesquisado, possibilitando o surgimento de novas hipóteses a partir das respostas dos sujeitos pesquisados. Portanto, a entrevista semiestruturada pode ser planejada por meio de roteiros em que o pesquisador se utiliza das perguntas “O que?”, “Quando?”, “Por quê?”, “Como?”, além de ter como vantagem a flexibilidade para melhor aprofundamento na coleta de informações.

A pesquisa também se utilizou do instrumento da observação para coletar dados referentes às práticas docentes dentro da sala de aula. Essa é uma técnica que utiliza os sentidos da visão e audição. Marconi e Lakatos (2011, p.69) enfatizam que “a observação é uma técnica de coleta de



dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também examinar fatos e fenômenos que se deseja estudar”, ou seja, é necessária atenção para registrar os eventos ocorridos no espaço observado.

Portanto, a observação serviu para analisar as práticas docentes no processo de alfabetização e letramento, bem como as metodologias utilizadas dentro da sala de aula, identificando e obtendo informações sobre o comportamento de cada sujeito. Tudo o que foi observado foi registrado no diário de campo do pesquisador.

[...], o diário tem sido empregado como modo de apresentação, descrição e ordenação das vivências e narrativas dos sujeitos do estudo e como um esforço para compreendê-las. [...]. O diário também é utilizado para retratar os procedimentos de análise do material empírico, as flexões dos pesquisadores e as decisões na condução da pesquisa: por tanto ele evidencia os acontecimentos em pesquisa do delineamento inicial de cada estudo ao seu término. (ARAÚJO et al, 2013, p. 54).

Logo, o diário de campo é um instrumento que descreve tudo o que o sujeito narra e apresenta por meio das vivências em sala de aula. Além disso, retrata todos os procedimentos metodológicos, assim como analisa as reflexões e decisões que o pesquisador encontrará diante do objeto de estudo do começo ao fim. Assim, no diário de campo

[...], constam todas as informações que não sejam o registro das entrevistas formais. Ou seja, observações sobre conversas informais, comportamentos, cerimônias, festas, instituições, gestos, expressões que digam respeito ao tema da pesquisa. Falas, comportamento, hábitos, usos, costumes, celebrações e instituições que compõem o quadro das representações sociais”. (MINAYO, 1993, p. 100).



Dessa forma, o diário de campo foi imprescindível para esta pesquisa, pois teve como objetivo registrar as atitudes dos sujeitos nas salas de aula, os fatos e fenômenos acontecidos diariamente e em tempo real por meio das observações de conversas informais, comportamentos, ações, entre outros. Ele é indispensável a qualquer pesquisa, pois leva o pesquisador a refletir sobre determinadas ações permitindo clareza e organização das ideias referentes a pesquisa. É uma ferramenta de trabalho que permite consultar as informações arquivadas e ideias grafadas nele.

Assim, para subsidiar a pesquisa, também foi utilizada a análise documental que é uma técnica valiosa de dados qualitativos que complementam outras técnicas. São documentos que fazem parte da instituição escolar como o Projeto Político Pedagógico (PPP) e materiais didáticos ricos em informações para serem analisados. De acordo com Marconi e Lakatos (2011, p. 48), “a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias”. Assim, a análise documental foi realizada por meio do Projeto Político Pedagógico (PPP), diários de classe e materiais didáticos.

Análise de dados

A análise de dados iniciou-se após a coleta de dados e se deu por meio da técnica da triangulação que possibilitará ao pesquisador compreender melhor o fenômeno estudado. Segundo Gil (1995, p.129), “a análise dos dados na pesquisa inicia-se quando o pesquisador seleciona o problema e só termina com a redação da última frase de seu relatório”. Logo, a análise dos dados é uma técnica cuja função precípua perpassa pela tríade apreciação, criticidade e um olhar analítico os quais são utilizados para resolver um determinado problema tendo como objetivo compreender e identificar soluções que auxiliam nas tomadas de decisões sobre o determinado objeto de estudo.

Portanto, durante a consolidação de coleta de dados, o pesquisador da referida pesquisa teve



o cuidado de ser fidedigno para avaliar, compreender, analisar e refletir sobre as informações coletadas durante todo o processo da pesquisa de campo e por meio dos instrumentos utilizados como a observação, entrevista e análise documental pautando-se em teóricos que subsidiaram a técnica da triangulação dos dados.

A técnica de triangulação tem por objetivo básico abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo. Parte de princípios que sustentam que é impossível conceber a existência isolada de um fenômeno social, sem raízes históricas, sem significados culturais e sem vinculações estreitas e essenciais com uma macrorrealidade social. Tais suportes teóricos complexos e amplos, não tornam fáceis os estudos qualitativos. (TRIVINOS, 1987, p. 138).

Diante do exposto, a triangulação entrelaçou todas as informações colhidas analisando, comparando, provocando e confrontando todos os fatos e fenômenos coletados por meio dos instrumentos de coleta de dados. Esse procedimento envolve a subjetividade e particularidade dos sujeitos. A pesquisa suscitou reflexões e análises que ajudaram a atingir os objetivos propostos, além do embasamento teórico que sustentou o referido estudo.





Capítulo 2

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

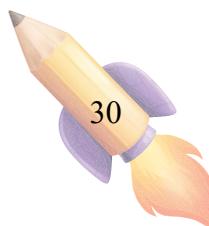
A EDUCAÇÃO INTEGRAL NO BRASIL

Segundo Henz (2012), a educação integral no Brasil teve forte influência do ideário de Paulo Freire o qual, com suas ideias e teorias, alicerçou muitos estudos sobre educação integral na atualidade. Marcando principalmente com um de seus trabalhos sobre a (re) humanização da educação, o qual destacou cinco dimensões de uma educação considerada integral: dimensão ético-política, dimensão técnico-científica, dimensão epistemológica, dimensão estético-afetiva e dimensão pedagógica. Segundo Freire, essas dimensões podem ser organizadas e desenvolvidas a partir do momento em que os educadores assumam a pessoa como um ser inacabado, um “ente que vai se construindo sócio-histórico-culturalmente, em uma trama histórica de múltiplas dimensões” (HENZ, 2012, p. 83).

No Brasil o ponto de partida para o debate sobre Educação Integral pode-se dizer que iniciou na década de 1950, com ideias advindas, em grande parte, do pensamento do Americano John Dewey que defendia que as mudanças na sociedade só ocorreriam se a educação sofresse mudanças radicais.

O programa será implementado por meio do apoio à realização, em escolas e outros espaços socioculturais, de ações socioeducativas no contra turno escolar, incluindo os campos da educação, artes, cultura, esporte, lazer, mobilizando-os para a melhoria do desempenho educacional, ao cultivo de relações entre professores, alunos e suas comunidades, à garantia de proteção social da assistência social e à formação para a cidadania, incluindo perspectivas temáticas dos direitos humanos, consciência ambiental, novas tecnologias, comunicação social, saúde e consciência corporal, segurança alimentar e nutricional, convivência e democracia, compartilhamento comunitário e dinâmica de redes. (BRASIL, 2007).

Com base nos aspectos acima abordados, o programa pautou-se em ações socioeducativas



no contraturno escolar, ou seja, uma proposta de educação integral que conseguiu abarcar esporte, lazer, cultura, lazer, dentre outras vertentes. Nesse sentido, cabe acrescentar que Anísio Teixeira foi o precursor dessa ideia de educação no parâmetro apresentado. Ele liderou uma comissão que organizou, juntamente com Darci Ribeiro, um Sistema Público de Ensino em que pretendiam implementar um sistema educacional inovador em Brasília. Pretendiam que viesse a ser modelo para todo o país. Estes defendiam uma educação mais aberta e renovada. Ele propôs uma educação em que a escola:

[...] desse às crianças um programa completo de leitura, aritmética e escrita, ciências físicas e sociais, artes industriais, desenho, música, dança, educação física, saúde e alimento à criança, visto não ser possível educá-la no grau de desnutrição e abandono em que viviam (TEIXEIRA apud BRASIL, 2009, p. 17).

Segundo Jaqueline Moll (2012), os grandes precursores da Educação Integral foram Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro. Ambos defenderam o direito à educação de qualidade para todos. Conforme a autora, Anísio Teixeira foi quem mais construiu utopias a respeito de educação em tempo integral.

No final da década de 80 e início de 90, a preocupação com a qualidade na área educacional ganha um novo contorno. Exige-se a organização de um sistema educacional unitário que possa preparar, desde o pré-escolar até os níveis mais elevados da hierarquia escolar, homens capazes de difundir e produzir o conhecimento científico e tecnológico necessário à nova relação social do trabalho. (Neves, 1994).

Portanto, para se falar em educação integral, é necessário se conhecer esses dois educadores, uma vez que ambos marcaram profundamente a história da educação brasileira, sendo os primeiros a erguerem escolas que denominavam de “escola-sonho”, isso porque desejavam algo diferente, inova-



dor, um, Brasil educado e democrático onde cidadania seria real.

O QUE É O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO?

O Programa Mais Educação foi instituído pela Portaria Interministerial n.º 17/2007 e integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), como uma estratégia do Governo Federal para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular, na perspectiva da Educação Integral.

Nesse ínterim, o PDE engendra-se um plano executivo organizado em torno de quatro eixos norteadores: educação básica, educação superior, educação profissional e alfabetização; é composto por mais de quarenta programas e ações – dentre os quais destacamos o respectivo Programa MAIS EDUCAÇÃO – que apresentam como função precípua dar consequência às metas quantitativas estabelecidas pelo PNE (BRASIL, 2009, p.12).

Além dos aspectos supracitados, objetiva contribuir para a formação integral dos alunos da rede pública do país, por meio do apoio a atividades socioeducativas no contra turno escolar. Nessa perspectiva, sua implementação dar-se-á com o apoio dos ministérios da Educação, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Esporte e Cultura por meio de ações educativas, artísticas, culturais, esportivas e de lazer, de acordo com a Portaria Normativa Interministerial nº 17, de 24 de abril de 2007.

Trata-se da construção de uma ação intersetorial entre as políticas públicas educacionais e sociais, contribuindo, desse modo, tanto para a diminuição das desigualdades educacionais, quanto para a valorização da diversidade cultural brasileira. Por isso coloca em diálogo as ações empreendidas pelos Ministérios da Educação – MEC, da Cultura – MINC, do Esporte – ME, do Meio Ambiente – MMA, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, da Ciência e da Tecnologia – MCT e, também da Secretaria Nacional de Juventude e da Assessoria Especial da Presidência da República, essa última por meio do Programa Escolas-Irmãs, passando a contar com o apoio do Ministério da



Defesa, na possibilidade de expansão dos fundamentos de educação pública

Essa estratégia promove a ampliação de tempos, espaços, oportunidades educativas e o compartilhamento da tarefa de educar entre os profissionais da educação e de outras áreas, as famílias e diferentes atores sociais, sob a coordenação da escola e dos professores. Isso porque a Educação Integral, associada ao processo de escolarização, pressupõe a aprendizagem conectada à vida e ao universo de interesse e de possibilidades das crianças, adolescentes e jovens.

O ideal da Educação Integral traduz a compreensão do direito de aprender como inerente ao direito à vida, à saúde, à liberdade, ao respeito, à dignidade e à convivência familiar e comunitária e como condição para o próprio desenvolvimento de uma sociedade republicana e democrática. Por meio da Educação Integral, se reconhece as múltiplas dimensões do ser humano e a peculiaridade do desenvolvimento de crianças, adolescentes e jovens.

Esse ideal está presente na legislação educacional brasileira e pode ser apreendido em nossa Constituição Federal, nos artigos 205, 206 e 227; no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 9089/1990); em nossa Lei de Diretrizes e Bases (Lei n.º 9394/1996), nos artigos 34 e 87; no Plano Nacional de Educação (Lei n.º 10.179/2001), no Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Lei n.º 11.494/2007) e no Plano de Desenvolvimento da Educação.

Conforme elucidado acima, o Programa Mais Educação atende, prioritariamente, escolas de baixo IDEB, situadas em capitais, regiões metropolitanas e grandes cidades em territórios marcados por situações de vulnerabilidade social que requerem a convergência prioritária de políticas públicas e educacional.

QUAIS SÃO OS PROFISSIONAIS E AGENTES CORRESPONSÁVEIS PELO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO INTEGRAL DO PME?



A Educação Integral abre espaço para o trabalho dos profissionais da educação, dos educadores populares, estudantes e agentes culturais (monitores, estudantes universitários com formação específica nos macrocampos), observando-se a Lei nº 9.608/1998, que dispõe sobre o serviço voluntário. Trata-se de uma dinâmica instituidora de relações de solidariedade e confiança para construir redes de aprendizagem, capazes de influenciar favoravelmente o desenvolvimento dos estudantes. Nessa nova dinâmica, reafirma-se a importância e o lugar dos professores e gestores das escolas públicas, o papel da escola, sobretudo porque se quer superar a frágil relação que hoje se estabelece entre a escola e a comunidade, expressa inclusive na conceituação de turno x contra turno, currículo x ação complementar. As atividades poderão ser acompanhadas por estudantes universitários, em processo de formação específica nos macrocampos e com habilidades reconhecidas pela comunidade, estes por estudantes do ensino médio e estudantes do EJA.

Experiências em curso, como a de Belo Horizonte, instituíram a figura do professor comunitário. Esse professor, com a constituição de coletivos escolares, coordena o processo de articulação com a comunidade, seus agentes e seus saberes, ao mesmo tempo em que ajuda na articulação entre os novos saberes, os novos espaços, as políticas públicas e o currículo escolar.

A secretaria designará, dentre os docentes nela lotados, um professor com preferencialmente 40 horas semanais para exercer a função de professor comunitário, e esse coordenará a oferta e a execução das atividades de Educação Integral.

É desejável que o debate acerca da educação integral mobilize toda a escola, mesmo os professores que não têm conhecimento direto com o Programa Mais Educação. Trata-se de refletir acerca desta responsabilidade compartilhada com a família e com a sociedade que é a educação das novas gerações: qual é o horizonte formativo que a escola passa a vislumbrar com a presença dos estudantes?

O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DA LAPA-BA: ESCO-



LA PIONEIRA

Bom Jesus da Lapa é um município brasileiro do estado da Bahia, situado a 796 km da capital estadual. Segundo uma estimativa do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) no ano de 2017, a cidade possui uma população de 70.618 habitantes, tendo uma densidade demográfica de 15,11 hab./km². Sendo, portanto, o 30º maior município da Bahia. Possui uma área total de 4148,5 km² e é banhada pelo rio São Francisco.

O grande diferencial entre Bom Jesus da Lapa e as outras cidades da região é o morro em estilo gótico e suas grutas que lhe conferem um clima místico e diferenciado.

De acordo com o site de notícias Wikipédia, a cidade começou sua existência à sombra do Santuário do Bom Jesus. Em 1961 o Monge chegou a este lugar, havia entre o morro e o rio São Francisco apenas algumas palhoças do grupo de índios Tapuias. Mas, com o tempo, foram agregando-se devotos do Bom Jesus, que resolveram fazer sua moradia perto do lugar, onde se achava a sua gruta. O Monge construiu junto ao Santuário, um hospital e um asilo para os pobres e doentes, dos quais cuidava. Assim começou a crescer ao lado da lapa do Bom Jesus um povoado, assumindo o mesmo nome de Bom Jesus da Lapa.

Conforme o site de notícias O Santuário, graças às constantes peregrinações que se transformaram em grandes e permanentes romarias de fiéis ao Santuário do Senhor Bom Jesus, o povoado foi se desenvolvendo, transformando-se em vila em 1870, atingindo a categoria de cidade em 1923 e chegando a ser município em 1953.

As atividades econômicas do referido município estão baseadas na agricultura, comércio, turismo e pesca. A cidade de Bom Jesus da Lapa concentra a segunda maior festa religiosa católica do Brasil, no mês de agosto, conhecida como a procissão ou romaria do Bom Jesus em que atrai milhares de fiéis todos os anos, por este motivo é conhecida como a “Capital Baiana da Fé”. O município também possui a segunda maior produção de bananas do Brasil e atualmente é reconhecida como uma



das principais fontes de energia solar do país.

A Escola Municipal Benjamim Farah, foi a primeira escola do município a ser contemplada com o “Programa Mais Educação”, a qual foi implantada para acontecer as suas atividades no anexo da referida escola e Ginásio de Esporte, no dia 01/06/2012, onde a aula inaugural aconteceu no dia 04/06, na própria escola com as presenças de alunos, funcionários, pais e a então Coordenadora Geral do Programa na nossa cidade e representante da SEMED, onde as mesmas deram prioridade nas escolhas das 06 atividades (letramento, canto coral, dança, capoeira, basquetebol, futebol) e mais 02 acopladas (futsal, voleibol) às mesmas, com um total de 102 alunos, contemplados, conforme rege o Manual Passo a Passo do Programa Mais Educação.

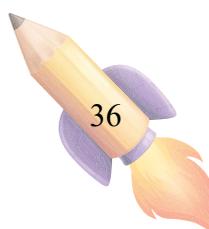
A partir do ano de 2014, as atividades desenvolvidas passaram a corresponder aos seguintes macrocampos: capoeira, esporte múltiplas vivências, canto coral, orientações de estudo e leitura e tecnologias da educação.

O Programa Mais Educação, utiliza um processo de avaliação que auxilia o aluno no desenvolvimento de aprendizagens significativas e não apenas para uma simples promoção. Deseja-se que o aluno realmente aprenda. A avaliação também é, contínua e mediadora do processo educativo, e não pode se reduzir a uma ação pedagógica finalizadora do processo.

Assim, a pesquisa proposta neste projeto propõe uma análise e reflexão acerca dos meandros que envolvem as atividades desenvolvidas no Programa Mais Educação na referida unidade de ensino no ano de 2017.

O PROGRAMA NOVO MAIS EDUCAÇÃO

O Programa Novo Mais Educação, instituído pela Portaria nº 1.144, de 10 de outubro de 2016, observa as determinações da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – com relação ao desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o



pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo. Atende ainda ao fixado pela referida Lei quanto a progressiva ampliação do período de permanência na escola.

O fato de o Brasil não ter alcançado a meta estabelecida pelo IDEB e o desafio de buscarmos atingir as Metas 6 e 7 do Plano Nacional de Educação – PNE, instituído pela Lei no 13.005, de 25 de junho de 2014, que determinam a ampliação da oferta de educação em tempo integral e a melhoria da qualidade do fluxo escolar e da aprendizagem das escolas públicas, levou este Ministério a instituir o Programa.

No entanto quando falamos da Educação Integral precisamos revisitar o contexto histórico da educação brasileira, a partir da década de 30, com o Manifesto dos Pioneiros da Educação, movimento que mobilizou diferentes grupos sociais pela renovação do ensino brasileiro, temos como referência os educadores Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro. Ambos marcaram suas trajetórias buscando uma educação de qualidade voltada para a universalização do ensino, a permanência e acesso a escola pública. Para Saviani o manifesto representou mais que um ideal de defesa da escola nova, contribui para a defesa de uma escola pública “[...] inspirou as gerações seguintes, tendo influenciado, a partir de seu lançamento, a teoria da educação, a política educacional, assim como a prática pedagógica em todo o país”. (SAVIANI, 2006, p.34-35).

Conforme elucidado acima, o Programa Novo Mais Educação visa a ampliação da jornada escolar de crianças e adolescentes, mediante a complementação da carga horária de cinco ou quinze horas semanais no turno e contraturno escolar que deverá ser implementado por meio da realização de acompanhamento pedagógico em língua portuguesa e matemática e do desenvolvimento de atividades no campo das artes, cultura, esporte e lazer.

Em 2007, por exemplo, em texto que discute os fundamentos do Índice de Desenvolvimento



da Educação Básica – IDEB1, que é um indicador criado pelo governo federal em 2005 para medir a qualidade do ensino nas escolas públicas, Reynaldo Fernandes, presidente do INEP de 2005 a 2010, afirmava:

No Brasil, a questão do acesso está praticamente resolvida, uma vez que quase a totalidade das crianças ingressa no sistema educacional. Nosso problema ainda reside nas altas taxas de repetência, na elevada proporção de adolescentes que abandonam a escola sem concluir a educação básica e na baixa proficiência obtida por nossos estudantes em exames padronizados. [Fernandes (2007)].

Destarte, os entes federados deverão observar suas respectivas competências explicitadas nos artigos 5º, 6º e 7º da Portaria nº 1.144, 10 de outubro de 2016. Assim, as escolas públicas de ensino fundamental implementarão o Programa por meio de articulação institucional e cooperação com as secretarias estaduais, distrital e municipais de educação, mediante apoio técnico e financeiro do Ministério da Educação.

As diretrizes do Programa Novo Mais Educação são: a integração do Programa à política educacional da rede de ensino e as atividades do projeto político pedagógico da escola; o atendimento prioritário tanto dos alunos e das escolas de regiões mais vulneráveis quanto dos alunos com maiores dificuldades de aprendizagem, bem como as escolas com piores indicadores educacionais; a pactuação de metas entre o MEC, os entes federados e as escolas participantes; o monitoramento e a avaliação periódica da execução e dos resultados do Programa; e a cooperação entre União, estados, Distrito Federal e municípios.

As escolas que aderiram ao plano de 05 (cinco) horas de atividades complementares por semana realizarão 2 (duas) atividades de Acompanhamento Pedagógico:

- 1 (uma) de Acompanhamento Pedagógico de Língua Portuguesa, com 2 (duas) horas e meia



de duração.

- 1 (uma) de Acompanhamento Pedagógico de Matemática, com 2 (duas) horas e meia de duração.

As escolas que ofertarem 15 (quinze) horas de atividades complementares por semana realizarão 2 (duas) atividades de Acompanhamento Pedagógico, totalizando 8 (oito) horas, e outras 3 (três) atividades de escolha da escola, sendo:

- 1 (uma) de Acompanhamento Pedagógico de Língua Portuguesa com 4 (quatro) horas de duração;

- 1 (uma) de Acompanhamento Pedagógico de Matemática, com 4 (quatro) horas de duração;

- 3 (três) atividades de escolha da escola dentre aquelas disponibilizadas no Sistema PDDE Interativo, a serem realizadas nas 7 (sete) horas restantes.

O fato de que muitas escolas da rede pública já estão inseridas no programa e vivenciam suas práticas experimentando novas formas de organização do tempo escolar, bem como o desafio de construir e desenvolver sua proposta curricular aprendendo a dialogar com os atores do programa compartilhando suas inseguranças, seus medos e suas angústias sobre as responsabilidades assumidas, como também o prazer, o compromisso social e a esperança de tentar inserir na escola práticas significativas para o processo de aprendizagem que vão além dos muros escolares. Isso não leva de modo algum para um lado desanimador da pesquisa, pois ela pretende se alinhar com a real necessidade do tema em estudo.

O programa Mais Educação, criado em 2007 para fomentar a Educação integral com atividades no contraturno escolar, entra em uma nova fase em 2017. Segundo o Ministério da Educação (MEC), as escolas participantes de 2008 a 2011 apresentaram redução no desempenho em Matemática e nenhuma melhoria em Língua Portuguesa, tanto nos anos iniciais quanto finais do Ensino



Fundamental na Prova Brasil. Por isso, o Novo Mais Educação tem foco na melhoria da aprendizagem nessas disciplinas, cobradas pela Prova Brasil, e prioriza inscrições de instituições com baixo desempenho no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

Reunimos aqui uma proposta temática pela qual pretendo dedicar seriedade e compromisso na busca de resultados, porque considero o estudo como algo relevante e atual, principalmente por se tratar de uma iniciativa de política pública, em nível federal, voltada ao incentivo da educação de qualidade. Partindo do pressuposto de que é na escola que ocorrem a convivência de sujeitos socio-cultural, como também o acesso as diversidades de vivências que envolve a proposta curricular, articulando o conhecimento escolar com os saberes de vida prática, senso comum e as diferentes formas de linguagem que revelam limitações e explicitam uma visão geral da política educacional.

PARCERIA FAMÍLIA/ESCOLA/PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM COGNITIVA DAS CRIANÇAS - UM DESAFIO NA CONTEMPORANEIDADE

Nos dias atuais, o papel da família em consonância com o PME tem sido considerado incisivo na formação da personalidade das crianças e isso se constitui um elemento passível de reflexões. Essa concepção modificou-se ao longo do tempo e as famílias, bem como os contextos escolares mais díspares passaram a se organizar de diversas maneiras. Desse modo, o compromisso de educar em um ambiente onde o diálogo e o amor prevaleçam está sendo cada vez mais afetado.

Ao longo dos anos, muitas mudanças foram marcando a educação configurando-se um modelo que oferece uma cultura emocional pautada no desenvolvimento de competências importantes, vertentes estas pautadas na integração dos educandos.

Nesse interim, o que se percebe é que o bom relacionamento familiar e a convivência no ambiente educacional tornou-se o aspecto mais importante e decisivo para o estabelecimento do respeito



mútuo. Enfim, o que se comprova é que a educação familiar versus educação escolar engendram-se como elementos suscitadores de uma consciência cidadã dos direitos e deveres, pois as famílias e escolas tomam como função precípua sua missão de educar, lembrando que a criança é um ser humano, com necessidades a serem supridas essenciais para a construção de seu caráter, principalmente as atendidas pelo Programa Mais Educação, ou seja, as que seguem como critérios dentre outras coisas o aspecto da vulnerabilidade social.

Paro (1997, p. 30), ao realizar um estudo acerca do papel da família no sucesso do rendimento escolar de alunos do ensino fundamental concluiu que a escola deve utilizar as díspares oportunidades de contato com os familiares dos educandos, no intuito de passar informações relevantes sobre os objetivos propostos, recursos, problemas e, por conseguinte, as questões pedagógicas inerentes ao contexto escolar em que os educandos estão inseridos. Assim, a família se sentirá envolvida e comprometida com a melhoria da qualidade da proposta educativa propiciada, com o desenvolvimento dos alunos como seres humanos e agentes capazes de transformar a sua realidade.

Acerca dessas questões, Freire (1999) menciona que:

A educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda se a opção é progressista, senão se está a favor da vida e não da morte, da equidade e não da justiça, do direito e não do arbítrio, da convivência com o diferente e não de sua negação, não se tem outro caminho senão viver a opção que escolher. Encarná-la diminuindo, assim, a distância entre o que se diz e o que se fez. (FREIRE, 1999 p.18).

Conforme menciona o autor, a educação requer a participação ativa da família para que o processo de ensino e aprendizagem ocorra com sucesso. Esses aspectos, segundo Freire, são essenciais para a transformação da sociedade, pois crianças bem acompanhadas tendem a se tornar sujeitos mais reflexivos e emancipados. No entanto, o que se denota na atualidade é que algumas famílias



estão passando por um desgaste em seus laços afetivos e o ambiente familiar transformou-se em um espaço de agitação e desencontros, lugar em que as pessoas se fazem presentes somente em situações esporádicas.

Desses fatos, decorrem-se problemas que se engendram como aspectos preocupantes nos âmbitos escolares. Esses aspectos trazem um sentimento de apreensão para a escola a qual se despoja como parceira na responsabilidade de educar, pois a mesma possui em sua essência o compromisso de propiciar diretrizes para os alunos se formarem como sujeitos capazes de tomarem decisões e de agirem como construtores de sua própria história, a partir de uma educação contínua e permanente.

Em muitas situações, o que se denota é que as crises vivenciadas na educação brasileira são resultantes da falta de um bom relacionamento entre a escola e a família, principalmente no que tange à perspectiva de uma educação pautada na integração e transformação social. É cada vez mais notório perceber que os valores familiares necessitam estar atrelados aos da escola para que as crianças se compreendam e aprendam com as atitudes, padrões e modelos estabelecidos entre as duas instituições de forma conjunta. Sabemos que, muitas vezes, isso não é possível, pois a cultura da intolerância e parcialidade foi instalada entre essa relação.

Para que haja um melhor desempenho do educando, faz-se mister uma relação mais próxima, ou seja, é necessário que estes dois contextos trabalhem de forma intrínseca, ao passo que tanto um quanto o outro oferecem pontos positivos e negativos na formação do indivíduo. Acerca dessas questões, Libâneo (2000) menciona que

A educação é o conjunto de ações, processos, Influências, estruturas que intervêm no desenvolvimento humano de indivíduos e grupo na relação ativa com o ambiente natural e social, num determinado contexto de relações entre grupos e classes sociais. (LIBÂNEO, 2000, p. 22).

Conforme menciona o autor, a educação está intimamente relacionada à formação e desen-



volvimento humano. Sendo assim, escola e família precisam andar juntas para ajudarem na construção do caráter das crianças e para que isso aconteça é necessário que ambas estejam informadas sobre o ensino-aprendizagem adquirido pelas crianças.

Além dos aspectos supracitados, é importante que a família colabore com os educadores para tornar mais coerente e eficaz a atuação escolar, que se mostre interessada pelas atividades realizadas pelos filhos na escola, que valorizem a instituição de ensino escolhida, os conhecimentos e habilidades que propicia, para criar nas crianças hábitos de respeito e uma expectativa positiva ao conhecimento adquirido e socializado.

Em linhas gerais, é fundamental o estreitamento das relações entre família/escola/educação como aspectos essenciais na formação dos educandos. A partir desse estreitamento, dessa proximidade, as crianças expressarão a confiança que têm em relação a escola e em seus profissionais, procurando saber o que a criança realizou e como foi o seu dia, que zelem por uma relação de carinho e respeito com os educadores.

A FAMÍLIA E O DESEMPENHO ESCOLAR

A família, em consonância com a escola e vice-versa, são peças fundamentais para o pleno desenvolvimento da criança e conseqüentemente são pilares imprescindíveis no desempenho escolar. Entretanto, para conhecer a família é necessário que a escola abra a suas portas e que garanta sua permanência.

Nesse sentido, Bertrand (1999, p.29) afirma que as reflexões avançam hoje, para identificação de características que influenciam as diferentes práticas de cidadania pelo mundo a fora. A estratégia para a construção de uma sociedade democrática não é única.

É de suma importância que a família tenha um dedicado para as crianças, ser exemplo de comportamentos (pontualidade, respeito, amor, gratuidade, disciplina, tolerância, sinceridade, verda-



de...) e oferecer espaços à liberdade de pensar e agir. Saber dizer “não”, introduzindo-as no mundo real, fazendo-as pensar no que foi negado para que amadureçam com sabedoria. A educação não depende de si mesma, mas principalmente do papel que a família desempenha dentro, fora e em consonância com a escola.

O que vale também ser mencionado é que a família precisa ajudar a criança a descobrir-se como pessoa, desenvolver suas potencialidades para que, no futuro, possa aplicar, de modo que ela se perceba como um agente transformador, que transforma e é transformado por esse meio. A família é lugar de viver a experiência de conviver com as diferenças de idade, temperamento, relações interpessoais marcadas pela colaboração, tolerância, serviço, aceitação, solidariedade, limites e potencialidades. Esse processo só poderá ocorrer por meio da família primeiramente e da escola como responsável por dar continuidade a esse trabalho.

É no ambiente familiar e da escola que a criança vai concebendo sua consciência/caráter, estabelecendo relações intra e interpessoais, se educando para encarar a realidade e as dificuldades na sociedade, tornando-se uma pessoa consciente e crítica. Nesse contexto, tanto a família, quanto a escola influenciam nas atitudes das crianças. A educação torna-se a ligação entre a família e a escola, ou seja, busca em suas perspectivas a concepção de presente e futuro menos doloroso, transformando a cultura e os costumes da sociedade, bem como, instigando os educandos a se perceberem como sujeitos de seus direitos, deveres e a liberdade como cidadãos.

Em consonância com os aspectos já mencionados, vale dizer que a instituição familiar foi sempre apresentada como instância formadora e socializadora da criança, cabendo a ela a função de ensinar os valores morais e éticos basilares para a vida em sociedade. Acerca disso, Battaglia apud NOBRE (1987) trazem um conceito de família citando que a mesma pode também ser considerada como:

(...) um sistema aberto em permanente interação com seu meio ambiente interno e/ou externo, organizado de maneira estável, não rígida, em função de



suas necessidades básicas e de um modus peculiar e compartilhado de ler e ordenar a realidade, construindo uma história e tecendo um conjunto de códigos (normas de convivências, regras ou acordos relacionais, crenças ou mitos familiares) que lhe dão singularidade. (NOBRE, 1987, p.118-119).

Assim, optar pela escola adequada às expectativas da família e que, concomitantemente, atenda também os anseios das crianças, é um desafio cujo êxito depende, em sua grande maioria, da habilidade e sensatez dos pais ao avaliarem díspares propostas que se engendram entre os contextos escolares. Faz-se mister estar atento ao projeto educativo e ao perfil disciplinar da instituição. Isso poderá auxiliar na escolha pela instituição de ensino cujos valores e embasamento mais se equiparem aos da família no tocante às exigências, posturas, visão de mundo, valores morais, entre outros. Identificar as dependências e possibilidades que a escola oferece, seus diferenciais, bem como os profissionais que atuarão na mesma são também aspectos que devem ser considerados.

Em suma, é na família e na escola que acontecem a dialogicidade, a relação entre o amor e suas nuances, ou seja, o amor que abraça, que confronta, que deseja, que perdoa, que ouve, que orienta caminhos, que impulsiona as crianças a aprender a aprender valorizando os projetos de vida, lutando e procurando, em todos os seus atos e atitudes, construir uma consciência crítica, emancipadora, capaz de enfrentar as dificuldades e almejar um mundo onde prevaleça a justiça e a igualdade.

FAMÍLIA E ESCOLA: COAUTORES NO PROCESSO EDUCATIVO DO PME

Vivenciamos na conjuntura atual um novo paradigma da educação, em que família e escola são colocadas como o centro de uma discussão acerca do papel desenvolvido pelas instituições frente aos novos desafios da contemporaneidade. É cada vez mais incisiva a necessidade de se redimensionar a concepção educativa, a função social da escola, as atitudes e estratégias utilizadas pelos pais no que



concerne ao exercício da responsabilidade no bojo familiar com a criação dos filhos, essencialmente discutidos no PME.

Um dos grandes desafios da contemporaneidade, no que tange à educação dos filhos, é a necessidade da família adaptar-se às novas exigências que invadem a intimidade do cotidiano familiar. A sensação de “certo” ou “errado” que balizava atitudes e estratégias utilizadas pelos pais há décadas atrás já não os acompanha na atualidade. Dar autonomia aos filhos, oferecendo-lhes um ambiente de independência familiar e guiando-os ao exercício da responsabilidade, tem sido uma tarefa complexa num contexto de incertezas cada vez mais adverso e violento. (WAGNER 2011, p. 89).

Conforme destaca a autora, o desafio que se desponha no limiar de um novo contexto é amplo. Tem sido uma tarefa permeada de complexidades, onde as incertezas na busca pelo modo mais adequado de imprimir valores e referências pessoais necessitam, constantemente, ser revistos.

Família e escola no Programa Mais Educação são coautores de uma nova concepção educativa, são partícipes de uma mesma discussão. Torna-se necessário estabelecer uma relação entre escola e família, envolvendo a tríade planejar, repensar e constituir acordos mínimos para que o educando/filho tenha uma educação com qualidade tanto em casa quanto na escola.

Não existe uma única maneira de envolver os pais. As instituições escolares devem procurar oferecer um campo de possibilidades variadas que se adaptem às características e necessidades de uma comunidade educativa cada vez mais plural, heterogénea. Faz-se mister um contato como um aspecto importante onde a intensidade e diversidade tornam-se vertentes necessárias para resultados mais eficazes.

A família de hoje conta muito com a escola, ou seja, com seus professores na formação das crianças e dos jovens. Ela precisa estar informada sobre a linha



de conduta que a escola tem para com seus filhos e, o que é fundamental, concordar com esta linha: é preciso falar a mesma língua. (ROSSINI, 2004, p.44).

Como destaca o autor, a família e a escola dependem de uma relação de proximidade e, nesse sentido, a comunicação é essencial. Cabe ainda acrescentar que é no bojo familiar que o indivíduo recebe os primeiros princípios educativos de educação que se ampliará pela escola e outras unidades de modo formal. A família e a escola configuram-se elementos de uma importância acentuada no processo educacional, sendo essa relação regida por leis que estabelecem diretrizes norteadoras na vida dos educandos.

[...] A base se dá na família. É por meio dela que o sujeito se estrutura, cria vínculos afetivos, inicia seu desenvolvimento cognitivo e emocional. Não é na escola que o desenvolvimento começa como pensam, erroneamente, muitos pais, e grande parte dos problemas e conflitos entre escola e família reside aí, quando alguns pais querem atribuir somente à escola o dever de ensinar e educar, sem participar desta educação. (SAMPAIO, 2011:76)

Como destaca o autor, torna-se eminente que a função educativa é uma tarefa de todos. Desse modo, tanto professores quanto pais desejam o melhor para as crianças e, por conseguinte, idealizam um futuro que suscitem a aprendizagem e o desenvolvimento de competências.

Nesse interim, o envolvimento da família na vida escolar das crianças pode despertar o interesse e a curiosidade, bem como fomentar a sua aprendizagem. Sendo assim, faz-se mister acompanhar as crianças na escola, valorizar suas atividades, estimulá-las a gostar de aprender, incitando a curiosidade também na vida fora da escola. Dessa forma, a partir dessas atitudes e das concepções que envolvem a tríade alunos, pais e professores, será possível nortear o ensino das disciplinas tendo em vista a experiência escolar exitosa.

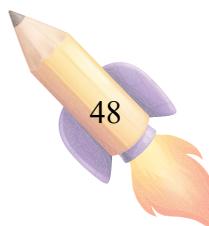


Libâneo (2000) acrescenta que:

Não dizemos mais que a escola é a mola das transformações sociais. Não é, sozinha. As tarefas de construção de uma democracia econômica e política pertencem a várias esferas de atuação da sociedade, e a escola é apenas uma delas. Mas a escola tem um papel insubstituível quando se trata de preparação das novas gerações para enfrentamento das exigências postas pela sociedade moderna ou pós-industrial, como dizem outros. Por sua vez, o fortalecimento das lutas sociais, a conquista da cidadania, dependem de ampliar, cada vez mais, o número de pessoas que possam participar das decisões primordiais que dizem respeito aos seus interesses. A escola tem, pois, o compromisso de reduzir a distância entre a ciência cada vez mais complexa e a cultura de base produzida no cotidiano, e a provida pela escolarização. Junto a isso tem, também, o compromisso de ajudar os alunos a tornarem-se sujeitos pensantes, capazes de construir elementos categorias de compreensão e apropriação crítica da realidade. LIBÂNEO (2000 p. 9).

Como se denota nas proposições enfatizadas pelo autor, a escola representa o eixo basilar no processo de transformação social, mas, contudo, ela sozinha não pode desenvolver ações transformadoras. Os pais precisam atuar ajudando os seus filhos desde os anos iniciais, desenvolvendo um acompanhamento incisivo capaz de absorver o que compreendeu na escola com vistas a aplicar esses novos conhecimentos no cotidiano. Outrossim, importância dada pelos pais nesse processo, será também a apreendida pelo próprio aluno, formando uma junção de agentes que atuam em consonância com a perspectiva de uma aprendizagem significativa.

Segundo Anthony apud Fé (2007, p. 16) as “[...] crianças com uma forte alteração emocional, se produz uma involução intelectual com perdas nas estruturas cognitivas, em uma ordem de suces-



são inversa à de sua construção”.

Dessa maneira, os educandos necessitam do olhar dos pais de forma precisa e próxima. A família, nesse contexto, deve se esforçar para realizar um acompanhamento sistemático ajudando nas atividades, demonstrando a atenção como um aspecto inerente ao processo educativo, assim como a dialogicidade e a afetividade entre os pais e a criança como elos importantes na construção de uma relação saudável. Isso se torna algo importante, pois nessa fase da vida as crianças apresentam carência de atenção e afeto, e, por sua vez, a simples falta de uma demonstração desses sentimentos ocasionará déficits irreversíveis na aprendizagem da criança.

Segundo Dias (2005),

A família é um grupo aparentado responsável principalmente pela socialização de suas crianças e pela satisfação de necessidades básicas ela consiste em um aglomerado de pessoas relacionadas entre si pelo sangue, casamento, aliança ou adoção, vivendo juntas ou não por um período de tempo indefinido. (DIAS 2005, p. 210).

Conforme elucidado o autor, no tocante ao aspecto da socialização, vemos claramente que a família é decisivamente uma estrutura importante nas relações interpessoais. Além disso, a aquisição dos conhecimentos, a aprendizagem destaca-se como um processo individual e coletivo, refletindo numa maneira singular de apropriação do conhecimento, algo que ocorre desde o nascimento ampliando-se por toda a vida. Abarcam na concepção de uma aprendizagem significativa o pensamento, o afeto, a linguagem e a ação. Esses aspectos necessitam estar harmônicos para que se efetive o sucesso almejado. Assim, a família tem um papel incisivo nesse processo, assim como toda a conjuntura social em que os sujeitos estão inseridos.

Mesmo com tantas dificuldades, segundo Chalita (2001 p. 20), a família tem a responsabilidade de: “formar o caráter, de educar para os desafios da vida, de perpetuar valores éticos e morais.



A família é um espaço em que as máscaras devem dar lugar à face transparente, sem disfarces. O diálogo não tem preço”.

Ademais, no estabelecimento de limites e regras, Vasconcelos (1989) menciona que:

Percebemos duas realidades contraditórias nas famílias: ou a ausência de regras, ou a imposição autoritária de normas. Muitas vezes, por um medo interno de não serem aceitos, os pais acabam não estabelecendo e/ou não fazendo cumprir os limites, levando a uma relação muito permissiva. Outras vezes, sentindo necessidade de fazer alguma coisa, mas não tendo clareza, acabam impondo limites, sem explicar a razão. A superação desta situação pode se dar pelo diálogo, com afeto e segurança, chegando a limites razoáveis. Assim sendo, têm-se condições de não ceder diante da insistência infantil. (VASCONCELOS 1989, p. 125)

Nesse sentido Antunes (2005) destaca que:

Ajudar a criança a construir um bom caráter é a mesma coisa que ajudá-la a desenvolver sua consciência do erro e do acerto. Caráter e consciência expressam a visão que ela possui de si mesma e aproxima-se muito do sentimento de autoestima. É por essa razão que a educação do caráter é importante. (ANTUNES 2005, p. 53)

Não obstante, conforme elucida o autor, é na família que se engendram as primeiras relações dos indivíduos, pois esta é base, é o espaço social onde as crianças recebem os primeiros ensinamentos e repassá-los como aspectos inerentes à sua formação e personalidade. Na medida em que a família desempenha este acompanhamento os reflexos tendem a serem catastróficos, pois o indivíduo apresenta uma tendência a tornar-se mais propício ao fracasso escolar.



Nos estudos de Vasconcelos (1989, p. 127) é possível se constatar que:

Quando solicitado à ajuda no estudo, procurar chamar atenção ao que é fundamental, ao que é mais significativo; não fazer “questionário” para o filho decorar perguntas e respostas. Orientar para que a criança se preocupe em compreender o que estuda e não em decorar. (VASCONCELOS 1989, p. 127)

Já nas pesquisas de Tiba (1996) verifica-se algumas propostas para os pais auxiliarem nas tarefas dos filhos:

A criança deve estudar em voz alta e evitar decoreba. Num quarto com TV, internet, telefone ou qualquer outro atrativo, torna-se sonífero ler somente com os olhos. Não é justo com a mãe ou com qualquer outro adulto ler para a criança. O importante é que ela mesma descubra ou lembre o que deve ser feito. Afinal, ela é responsável pela lição de casa. (TIBA (1996, p. 272).

Além disto, o desenvolvimento pedagógico com a criança poderá também influenciar na atração dos pais pela escola, como evidencia Vasconcelos (1989):

Uma das melhores formas de se atingir a família é através dos próprios filhos; daí a relevância da escola desenvolver um trabalho participativo, significativo, em que realmente o aluno se envolva e entenda o que está sendo proposto para ele. Desta maneira, o próprio filho terá argumentos para ajudar os pais a compreender, a proposta da escola. (VASCONCELOS 1989, p. 80).

Com base nas as proposições acima evidenciadas, cabe mencionar que os pais almejam o sucesso escolar dos filhos sendo estes mediadores na aproximação da família. Quando os educandos não apresentam um desenvolvimento satisfatório é preciso analisar como as relações entre a tríade



estudante, a sua família e a escola está acontecendo.

Na realidade, cada família transmite a seus filhos, mais por vias indiretas que diretas, um certo capital cultural e um certo ethos, sistema de valores implícitos e profundamente interiorizado, que contribui para definir, entre outras coisas, as atitudes face ao capital cultural e à instituição escolar. (MELO Apud BOURDIEU, 2011, p. 97)

Como se vê claramente, a tarefa precípua da família, dos monitores/escola e dos demais profissionais consiste em trabalhar numa perspectiva de concepção de uma consciência ética, regulada em princípios socialmente aceitáveis, para que, quando essa criança necessitar usar o seu poder de decisão, ela consiga identificar como e por que está seguindo determinados nortes em sua vida.

Em linhas gerais, faz-se imprescindível que todos corroborem com sua parte nesse processo, pois família, escola e sociedade são vertentes que precisam estar conectadas e comprometidas por uma educação de qualidade.

CONTRIBUIÇÕES DE ANA TEBEROSKY E EMILIA FERREIRO NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO NO PME

Altos índices de analfabetismo estiveram presentes no contexto histórico do Brasil, consequentemente, se atribuía a esse fato o motivo pelo atraso no desenvolvimento do país. Não se fala somente de crianças que não possuíam a oportunidade de frequentar as escolas, mas também daqueles que sabiam ler e escrever, porém não conseguiam interpretar textos. Segundo dados estatísticos da UNESCO, em 1976, existiam cerca de 800 milhões de adultos analfabetos no mundo inteiro e, admitindo esse fato como um problema alarmante, uma série de propagandas foram difundidas no intuito de refletir sobre a questão. Então, deu-se início a um caminho na busca por soluções.



A preocupação dos educadores ao longo da história da alfabetização sempre foi de qual método usar, qual seria o melhor e mais eficaz para total sucesso no ensino. Nessa busca foram aplicados os métodos sintéticos que analisavam primeiramente as partes que formavam o todo, e o método analítico que analisava as palavras e frases completas para então observar suas partes constituintes. Em alguns períodos foram usados os dois métodos com intenção de complemento, mas, mesmo assim, os problemas na questão educativa continuaram existindo.

No final do século XX, a partir da década de 1980, começou a surgir o pensamento construtivista aplicado à educação, com objetivo de mostrar a educação como um processo construtivo e contínuo com etapas sucessivas de aprendizagem, oposto aos métodos utilizados até então. A ideia não era encontrar culpados para os altos índices de analfabetos no país uma vez que a culpa não está nem no sujeito nem nos meios, o que se pretende é buscar alternativas para uma educação aplicada ao cotidiano dos alunos.

Emília Ferreiro é psicóloga e pesquisadora, doutora pela universidade de Genebra, seguidora de pensamentos construtivistas e interacionistas de Piaget e Vygotsky que tiram o foco do ato de ensinar e observam o processo de aquisição do aprendizado. Ainda na universidade, a autora produziu trabalhos experimentais que serviriam mais tarde para a ideia de uma psicogênese aplicada ao ensino de crianças. Segundo ela, ler não se limita a decifrar palavras e escrever não depende só das cópias de textos prontos. Alfabetizar é construir conhecimentos.

A autora baseia-se no construtivismo proposto pelo suíço Jean Piaget, um dos maiores nomes da psicologia e uma das autoridades ao falar de funcionamento da inteligência e aquisição de conhecimentos. O método construtivista define que nada é pronto e acabado. Desse modo, Emília Ferreiro sugere que não existe um conhecimento pronto e inacabado que o professor deposita nos alunos e estes absorvem de forma plena. A questão é perceber que existe um processo com níveis e etapas, revelando quais são as estratégias metodológicas mais eficazes para garantir a alfabetização. A criança aprende através de experiências vividas, por isso é preciso estimulá-las a participar da sua



própria alfabetização a partir de dinâmicas de grupo em que o aluno possa interagir, ler, falar, e expor suas opiniões.

Diante das novas descobertas na área da educação, foi necessário alterar também o modelo de escola baseado nos métodos construtivistas. Esse modelo de escola seria com poucos alunos em sala de aula, para que os professores pudessem observar atentamente cada aluno e suas particularidades e sugerir situações que estimulassem a investigação e o debate. O professor não é o único detentor de conhecimento como sempre foi visto nos métodos antigos de educação, não deve impor um conhecimento e sim apresentá-lo aos alunos.

Ana Teberosky é uma educadora espanhola, pesquisadora e autora parceira de Emília Ferreira na defesa pela Psicogênese da língua escrita. Seu trabalho serviu para levar a educação para o nível da psicologia, se tornando um dos nomes mais renomados ao se falar em alfabetização. Segundo suas concepções, em que uma sociedade valoriza as interações entre as pessoas e a cultura escrita, o processo de alfabetização se torna mais importante.

Segundo Teberosky (1999), no caso dos alunos que apresentam dificuldades na leitura e escrita, não deve ser usado o termo não alfabetizado uma vez que o conhecimento não deve ser definido como “tudo ou nada”. Cabe aos educadores analisar quais são os motivos que impedem esse aluno de aprender. Os fatores podem ser externos à própria criança como a realidade social em que vive, ausência do hábito da leitura, falta de alguém que a oriente, entre outros fatores. Ler é dar sentido ao código verbal, neste caso, a escola deve ser um espaço de recepção, porque crianças são movidas por estímulos e sempre estão dispostas a receber novidades.

As pesquisas de Emília Ferreira e Ana Teberosky (1999), apontaram questionamentos sobre qual seria de fato o papel da escola para solucionar os problemas desses alunos que não aprendiam como os demais. Identificaram que muito mais que os métodos utilizados na sala de aula, necessitavam de uma política educacional capaz de propiciar a aprendizagem, além de preparar um caminho para construção de algum tipo de conhecimento.



[...] pretendemos demonstrar que a aprendizagem da leitura, entendida como questionamento a respeito da natureza, função e valor deste objeto cultural que é a escrita, inicia-se muito antes do que a escola imagina, transcorrendo por insuspeitados caminhos. Que além dos métodos, dos manuais, dos recursos didáticos, existe um sujeito que busca a aquisição de conhecimento, que se propõe problemas e trata de solucioná-los, segundo sua própria metodologia... insistiremos sobre o que se segue: trata-se de um sujeito que procura adquirir conhecimento, e não simplesmente de um sujeito disposto ou maldisposto a adquirir uma técnica particular. Um sujeito que a psicologia da lecto-escrita esqueceu [...] (FERREIRO; TEBEROSKY, 1999, p. 11).

Assim, as autoras Ferreiro e Teberosky fundamentam as suas pesquisas na psicolinguística para suprir os processos de aprendizagem linguística dos alunos. Elas verificaram por meio da Psicogênese da língua escrita que o aprender deve ser de forma natural, em que o sujeito questione e busque respostas para solucionar os problemas através de metodologias que o leve a novos conhecimentos. Com base nas autoras, a “Psicogênese” é um ramo da psicologia que se preocupa em estudar o desenvolvimento dos processos mentais que influenciam no comportamento do indivíduo. Utilizando-se desses conhecimentos, o professor pode perceber claramente em que estágio seus alunos se encontram e buscar métodos de ensino adequado.

Observar como ocorre o processo de aplicação da leitura e escrita por meios de caminhos que solucionem as dificuldades existentes na educação, focando em como o sujeito aprende sem estabelecer regras faz-se necessário nos contextos mais díspares. Segundo as autoras, o processo de alfabetização de crianças ocorre no formato de um processo contínuo que teve início mesmo antes da ida à escola.

A criança desde o nascimento cria caminhos espontâneos para o conhecimento da leitura



e escrita, baseados no seu cotidiano, elas iniciam um processo de assimilação do que é visto ao seu redor, do que ouve seus pais conversando e por este motivo é comum a criança tentar reproduzi-los.

Assim, os professores monitores do Programa Mais Educação devem desenvolver atividades de acordo com os estágios de desenvolvimento de seus alunos diante das dificuldades cognitivas e o modo de avaliar não pode ser baseado em provas e testes objetivos, esse processo deve ser constante em todas as atividades realizadas no processo de construção do raciocínio. Ao perceber que o aluno não consegue acompanhar o desenvolvimento dos outros alunos, ele pode ser reavaliado e reprovado se for o caso, com intenção de suprir suas necessidades.

LETRAMENTO: UMA PERSPECTIVA PEDAGÓGICA DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO

A palavra letramento ainda não foi dicionarizada pelo fato de ser uma palavra recente da língua portuguesa. Supõe-se que apareceu pela primeira vez no livro, *No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística*, de Mary Kato, em 1986.

A referência mais usada para a palavra letramento vem do inglês *Literaty*, que se conceitua como educado, especificamente, que tem a habilidade de ler e escrever. No português a definição do vocábulo se deu a partir da análise da estrutura da palavra.

O surgimento do termo *literacy* (cujo significado é o mesmo de alfabetismo), nessa época, representou, certamente, uma mudança histórica nas práticas sociais: novas demandas sociais pelo uso da leitura e da escrita exigiram uma nova palavra para designá-las. Ou seja: uma nova realidade social trouxe a necessidade de uma nova palavra (SOARES, 2011, p. 29, grifos da autora).

Portanto, a palavra indica a ação de “tornar-se letrado”. É importante ressaltar que essa é



uma palavra nova e nos últimos tempos tem adquirido foco dos educadores devido à evolução da sociedade através do modo de viver e de pensar. Neste sentido, surgiu a palavra letramento para suprir as dificuldades educativas relacionadas à alfabetização.

Desse modo, a diferença entre alfabetização e letramento é de que alfabetizado é aquele que sabe ler e escrever apenas, já um indivíduo letrado apropria-se dos conceitos de leitura e escrita em situações do seu cotidiano. Tendo em vista que o letramento surgiu como uma ampliação do significado de alfabetização, eles são frequentemente confundidos, mas não se tratam de uma mesma prática, pois o letramento vai além da alfabetização modificando sua continuidade e utilidade. Portanto, é necessária a distinção, mas não a separação dos termos, o ideal é que se complementem.

Nesse processo é que podemos identificar a importância de se alfabetizar letrando, pois o letramento não é uma responsabilidade exclusiva do professor de português, ao contrário do que muitos pensam. Um professor de geografia, por exemplo, deve ensinar aos seus alunos como ler um mapa ou gráficos, o de matemática tem que ensinar os números, assim como em todas as disciplinas.

Diante de uma sociedade globalizada, na qual a escrita está presente no cotidiano das pessoas, como em placas de publicidade, letreiro de lojas, rótulos de produtos, bulas de remédio, documentos pessoais e tantas outras possibilidades, melhorar a qualidade do ensino no país é um dever de todos os setores que formam a sociedade. Não é possível culpar alunos, professores ou métodos utilizados na educação pelo grande número de analfabetos, pois vários motivos contribuíram diretamente para esse problema histórico educacional como os métodos utilizados ao longo dos anos. Portanto, devemos buscar alternativas que possibilitem melhores resultados no processo de alfabetização.

Ao exercício efetivo e competente da tecnologia da escrita denomina-se letramento, que implica habilidades várias, tais como: capacidade de ler ou escrever para atingir diferentes objetivos – para informar ou informar-se, para interagir com outros, para imergir no imaginário, no estético, para ampliar conhecimentos, para seduzir ou induzir, para divertir-se, para orientar-se,



para apoio à catarse...; habilidades de interpretar e produzir diferentes tipos e gêneros de textos; habilidades de orientar-se pelos protocolos de leitura que marcam o texto ou de lançar mão desses protocolos, ao escrever; atitudes de inserção efetiva no mundo da escrita, tendo interesse e prazer em ler e escrever, sabendo utilizar a escrita para encontrar ou fornecer informações e conhecimentos, escrevendo ou lendo de forma diferenciada, segundo as circunstâncias, os objetos, o interlocutor... (SOARES, 2003, p. 80).

Logo, Soares (2003) define que o indivíduo letrado possui competências de leitura e de escrita. Atualmente, o tema “Letramento” tem sido cada vez mais recorrente nas discussões de cunho pedagógico devido às dificuldades de interpretação do código escrito. O índice de analfabetos funcionais era alarmante no país, deste modo, o conceito de letramento seria a capacidade do indivíduo de saber ler, escrever e utilizar esses conhecimentos no seu cotidiano. Segundo Soares (2004, p. 99), “a escolarização é um fator decisivo na promoção do letramento”. A autora chega a conclusão afirmando que quanto mais os anos de escolaridade aumentam, os níveis de letramento aumentam também. Além disso, enfatiza a diferença do letramento acadêmico e do letramento vivenciado no cotidiano.

[...] na vida cotidiana, eventos e práticas de letramento surgem em circunstâncias da vida social ou profissional, respondem a necessidades ou interesses pessoais ou grupais, são vividos e interpretados de forma natural, até mesmo espontânea; na escola, eventos e práticas de letramento são planejados e instituídos, selecionados por critérios pedagógicos, com objetivos predeterminados, visando à aprendizagem e quase sempre conduzindo a atividades de avaliação. (SOARES, 2004, p. 106)

Nesse sentido, letramento escolar e social caminham juntos, mas um se difere do outro; pois



o escolar desenvolve habilidades de leitura e escrita visando a aprendizagem, e o social refere-se às necessidades de cada sujeito na vida cotidiana, tanto individualmente quanto em grupo. Assim, os dois processos proporcionam experiências sociais e culturais utilizando a leitura e a escrita dentro de um contexto social extraescolar.

No Brasil, têm sido adotadas algumas medidas a fim de solucionar o problema ligado à alfabetização e letramento, o Ministério da Educação e Cultura (MEC), desde 2003, realiza o Programa Brasil Alfabetizado (PBA) que abrange todo o território nacional com o objetivo de criar possibilidades para que jovens e adultos tenham acesso à educação de qualidade e gratuita como um direito do cidadão. Porém, ainda existem índices elevados de analfabetos no país. Em 2011 foi instituído o Programa Brasil sem miséria e uma das medidas é oferecer a possibilidade de continuidade dos estudos, principalmente em áreas de extrema pobreza. Além disso, temos também o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) que busca estabelecer um contato desses alunos com livros, possibilitando o hábito da leitura que traz inúmeros benefícios. O governo possui outros projetos e programas que buscam, por meio da educação, mudar a realidade e combater as desigualdades sociais.

Em suma, nos dias atuais o processo de apropriação da leitura e escrita tem se tornado uma atividade essencial para o desenvolvimento da comunicação humana relacionando alfabetização e letramento como dois processos de construção do conhecimento formal ou informal.





Capítulo 3

ANÁLISE DOS DADOS

PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO: UM OLHAR PEDAGÓGICO E ANALÍTICO

Diante das implicações das práticas pedagógicas no processo de efetivação do Programa Mais Educação sob a perspectiva de uma análise crítica-reflexiva acerca das atividades realizadas na Escola Municipal Benjamim Farah em 2017/ Bom Jesus da Lapa – Ba, torna-se importante por se tratar de uma discussão atual e permeada de concepções díspares, tais como: implementação de políticas educacionais, diferenciação entre o objetivo e a aplicação, viabilidade, infraestrutura, dentre outros.

Nesse sentido, esse capítulo representa o cerne da pesquisa, pois possibilita um olhar sistêmico acerca de toda a trajetória do trabalho desenvolvido culminando na concepção da temática por parte dos interlocutores, ou seja, os sujeitos envolvidos na proposta pesquisada.

Cabe acrescentar que as práticas docentes devem ser fundamentadas nas aprendizagens significativas e inovadoras, de modo que o educador propicie às crianças um ensino por meio de metodologias que motivem e instiguem as crianças a buscarem novos conhecimentos e respostas para suas indagações. Para trabalhar os pressupostos teórico-metodológicos do Programa Mais Educação com crianças, o educador deve ter um olhar minucioso sobre os procedimentos e estratégias utilizados dentro das salas de aulas e sobre suas práticas de ensino. Além disso, eles devem estar cientes de que ingressar uma criança numa perspectiva de educação integral é um desafio que exige comprometimento, dedicação e criatividade para que suas aulas se tornem prazerosas dentro de um ambiente alfabetizador.

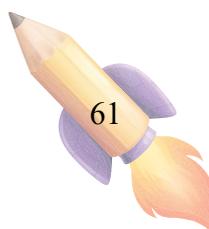
RELATOS DOS SUJEITOS ENTREVISTADOS

MEDIADORES E FACILITADORES DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO 2017

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

ESCOLA: MUNICIPAL BENJAMIM FARAH

CARGO/FUNÇÃO: MEDIADORES DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO



1. Defina o Programa Mais Educação.

Entrevistado 1: Trata-se de uma estratégia do ministério de educação para melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental.

Entrevistado 2: O programa Mais Educação veio para mudar muito o desenvolvimento, o aprendizado do aluno e melhorar o desempenho.

Entrevistado 3: Este programa tem a finalidade de contribuir para que o aluno tenha um rendimento no seu desempenho, na alfabetização, tendo assim um bom resultado no ensino fundamental e permanência dos alunos na escola.

Entrevistado 4: O programa foi definido para atender em escolas que apresentam baixo índice de desenvolvimento da educação básica.

Entrevistado 5: Mais Educação é um programa em que o seu objetivo é oferecer mais oportunidades aos alunos em ter uma educação mais reforçada com um ensino de qualidade e respeito.

Com base nos depoimentos dos entrevistados é possível notar que as impressões acerca do programa são mais voltadas para o aspecto pedagógico, sem uma profundidade teórica, ou seja, não o compreendem como política pública educacional.

Neste contexto, o programa é um compromisso articulado entre as distintas áreas dos saberes. Dessa forma, constitui-se em uma ação que implica as variáveis de tempo, espaço e oportunidades educativas, levando as instituições escolares a pensar em novas propostas curriculares voltadas para a aprendizagem aliada as práticas sociais. Partindo desse pressuposto Moll (2009) compreende que ampliação da jornada, significa uma oportunidade para “[...] construir novas organizações curriculares voltadas para concepções de aprendizagens como um conjunto de práticas e significados multirreferen-



ciados, inter-relacionais e contextualizados. (MOLL, 2009, p. 36).

2. Há quanto tempo você trabalha no PME? Como foi o primeiro contato com o programa e por que surgiu o interesse de trabalhar no PME?

Entrevistado 1: Há dois anos. O primeiro contato foi meio impactante devido nunca ter trabalhado com uma turma multisseriada e apresentando vários níveis de aprendizagens. O interesse surgiu devido está desempregada e havia essa oportunidade, principalmente para novas aprendizagens e experiências quanto docente.

Entrevistado 2: No ano de 2013, pelo fato de já desenvolver um trabalho com crianças e jovens, fui convidado a participar do programa. Através da capoeira obtive resultados satisfatórios.

Entrevistado 3: Há três anos eu fui convidada para trabalhar. Gostei e aprendi a ter novos conhecimentos do novo Mais Educação.

Entrevistado 4: Tenho em torno de 4 meses, o interesse foi pela oportunidade que me ofereceu para trabalhar.

Entrevista 5: Há três anos. O meu primeiro contato foi na Escola Wilson Lins, fiquei com a área de esportes. Lá adquirir experiência profissional. Surgiu, quando quis ensinar para os alunos um pouco mais do que aprendi, tornando um grande desenvolvimento no interesse dos alunos.

3. Qual a sua área de atuação no PME? Detalhe um pouco sobre a sua formação profissional e como isso ajuda na atuação das atividades desenvolvidas no programa.

Entrevistado 1: No 1º ano facilitadora/informática e atualmente monitora de letramento. Sou formada na área de Pedagogia: Educação, Gestão e Processos Educativos e pós-graduanda em Alfabetização e Letramento (UNEB). Acredito que ser conhecedor autônomo e buscar novas apren-



dizagens dentro da área de alfabetização, seja fundamental para lidar com toda adversidade e diversidades presentes atualmente na educação.

Entrevistado 2: Através da copeira há 30 anos, desenvolvo um trabalho socioeducativo com crianças e jovens de vulnerabilidade social. A experiência adquirida no decorrer desses anos soma para resultados positivos.

Entrevistado 3: Matemática. Utilizando e transmitindo ao aluno o meu conhecimento e aprendendo a ter mais conhecimento. Reforçando a minha formação.

Entrevistado 4: Eu trabalho com uma oficina de teatro, que desenvolve a criança a falar com o público, a criatividade, concentração e para que ela possa também relaxar.

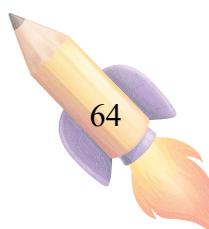
Entrevista 5: A área em que atuo no esporte é o futsal. Estou concluindo a graduação em Educação Física que está me ajudando muito na minha área de atuação.

O compromisso em torno da qualidade da educação requer uma concepção de educação extrapolando-a das redes de ensino. Para Moll, não trata-se apenas da ampliação do tempo e permanência escolar, mas consiste em “[...] garantir aprendizagens e reinventar o modo de organização dos tempos, espaços e lógicas que presidem os processos escolares, superando o caráter discursivo e abstrato, predominante nas práticas escolares” (MOLL, 2012, p. 133).

4. Você relaciona este programa com a aprendizagem dos alunos? Como?

Entrevistado 1: O programa tem esse objetivo e acredito que ocorra em um número pequeno de alunos. São aqueles que fazem parte de um grupo que demonstram interesse pelas aulas, que a família expõe a importância do estudo, as quais respeitam o trabalho do mediador e as quais também demonstram satisfação nas aulas.

Entrevistado 2: Sim, A convivência e experiência dos alunos no dia a dia é forma de um



aprendizado a todo o momento.

Entrevistado 3: Sim. Mediando o conhecimento, ensinando, aprendendo e buscando desenvolver o conhecimento e uma boa aprendizagem.

Entrevistado 4: Falar em público, ler textos e memorizá-los, como também criar seu próprio texto, ajuda a diminuir a timidez dos alunos durante esse processo.

Entrevista 5: Sim. Um reforço extra para o desenvolvimento do aprendizado dos alunos.

Alguns autores se posicionam frente a esse debate, como Moll (2012) que diz

[...] há um grande desafio a ser superado, a escola dividida por turnos, entendida como única alternativa para o funcionamento da escola pública brasileira. Experiências em países europeus como França e Inglaterra, que já possuem escolas de seis horas diárias; duas ou mais horas em projetos nos mostram ser possível a ampliação da jornada escolar. Ampliar o tempo da jornada escolar requer organizar o espaço físico, currículo e a jornada de trabalho do professor, procurando dar qualidade a este tempo. Assim a Educação Integral dentro de uma escola de tempo integral supera “minguadas quatro horas diárias que caracterizam na escola de turno.” (MOLL, 2012, p.28, grifo do autor).

5. Existe relação do Programa Mais Educação com a permanência do aluno na escola?

Entrevistado 1: Acredito que não. Entendo que o professor trabalha e cativa alguns alunos, outros não. Assim também acontece no horário oposto. Observo que no horário das aulas os alunos não faltam. No entanto, para o Mais Educação a evasão é grande. Mas, também observo que possivelmente não seja pela falta do bom trabalho ou cativação e sim pelo fato tanto das crianças como das famílias não “quererem” entender a importância, necessidade da permanência daqueles alunos



estarem frequentando e também a ausência de transporte escolar. Percebo também outro fator, os alunos só querem o lazer, atividades como capoeira e jogos. Eles não aceitam muito bem o fato de ler ou cantar, mesmo que tais atividades apresentem ludicidade.

Entrevistado 2: Sim, existe. Porque através do programa ele passa ter uma maior desenvoltura nas atividades propostas na sala de aula.

Entrevistado 3: Existe sim. Contribuindo para uma boa alfabetização e um bom resultado na aprendizagem dos alunos.

Entrevistado 4: Sim. Também depende do aluno gostar do programa para permanecer.

Entrevistado 5: Sim. Pois se o aluno não comparecer no horário regular, não será necessário está presente no programa.

[...] a prática da alfabetização não é meramente a habilidade abstrata para produzir, decodificar e compreender a escrita; pelo contrário, quando as crianças são alfabetizadas, elas usam a leitura e a escrita para a execução das práticas que consistem em sua cultura. (TFOUNI,1995, p. 15).

Em consonância com os depoimentos elucidados, percebe-se que para ser alfabetizada, a criança precisa participar de diversas situações que a provoque, que a faça pensar e que a leve a transformar informações em conhecimento. Para isso, o professor deve buscar incluir no processo de alfabetização das crianças palavras relacionadas com a realidade das mesmas e, assim, formar alunos aptos a interagir no contexto em que estão inseridos.

6. O que você espera do Programa mais Educação?

Entrevistado 1: Que tal proposta amplie as oportunidades ensino-aprendizagem, com materiais didáticos e concretos, formações continuadas e valorização financeira dos mediadores e faci-



litadores.

Entrevistado 2: Eu espero que a cada ano venha com muitas novidades e melhorias, para desenvolver o trabalho com sucesso.

Entrevistado 3: Que o programa continue trazendo bons resultados.

Entrevistado 4: Que realmente os alunos possam aprender o que é passado através do programa.

Entrevista 5: Espero que o Mais Educação tenha mais oportunidades para desenvolver as atividades necessárias no programa.

A expectativa de todos os monitores versa sobre os resultados do PME no contexto educacional. Isso é uma vertente que denota certa preocupação com os resultados da aprendizagem e, por sua vez, esquecem de outros aspectos que circundam o programa, tais como, inserção social, inclusão em outras atividades artísticas e culturais, etc.

Acerca do real sentido de se fazer educação integral, Cavaliere suscita que:

Educação integral. Ação educacional que envolve diversas e abrangentes dimensões da formação dos indivíduos. Quando associada à educação não-intencional, diz respeito aos processos socializadores e formadores amplos que são praticados por todas as sociedades, por meio do conjunto de seus atores e ações, sendo uma decorrência necessária da convivência entre adultos e crianças. [...]. Quando referida à educação escolar, apresenta o sentido de relação entre a ação intencional da instituição escolar e a vida no sentido amplo (CAVALIERE, 2010).

7. Ao ser inserido como mediador ou facilitador do PME houve algum tipo de treinamento ou atividade de caráter esclarecedor para atuar junto aos beneficiários do PME? Se sim, detalhe



sobre o assunto.

Entrevistado 1: Sim. No entanto, depois do início das aulas. Esclarecimento sobre o funcionamento e objetivo do programa; metas que necessitam ser alcançadas; problemas existentes ou falhas no programa; orientações pedagógicas e atividades com os profissionais.

Entrevistado 2: A Secretaria de Educação promoveu encontros juntamente com os monitores, bem como treinamento, troca de experiências, relatos, apresentações de atividades desenvolvidas, palestras e entrega de apostilas.

Entrevistado 3: Sim. Educativos, pedagógicos, tendo assim um rendimento e desempenho.

Entrevistado 4: Não teve. Entrei com a experiência que tinha. Após um certo período teve o treinamento. Também já entrei no meio do processo, a monitora anterior teve que se afastar.

Entrevista 5: Sim. Houve uma palestra de esclarecimento sobre as regras do programa didático.

Nesse sentido, toda uma mobilização em torno do que prediz o PME é importante ao passo que esclarece à comunidade escolar sobre os aspectos que norteiam o programa e as vantagens dos sujeitos que são contemplados em participar.

8. Como é a relação existente entre você, as crianças, os jovens e adolescentes participantes do PME? Relate sobre o cotidiano desse jovem e crianças no programa e se houveram melhorias no desenvolvimento dos alunos com as ações feitas pelo PME?

Entrevistado 1: Relação de amizade, confiança, autonomia. A indisciplina é grande, no entanto dá para trabalhar a alfabetização com a maioria que frequenta. No entanto, há alguns que não aceitam bem um pouco mais de exigência na organização de atividades ou efetivação das mesmas e



acabam por resistir. As atividades lúdicas são bem mais aceitas.

Entrevistado 2: De amizade e respeito, pois a disciplina da capoeira cobra isso. Os alunos interagem criando vínculos com a gente. Os resultados são positivos, pois durante as aulas práticas todos desejam participar.

Entrevistado 3: Uma relação um pouco difícil no início, mas foram entendendo a proposta e as ações pedagógicas foram avançando. Trabalhar a matemática tem que ser de forma prazerosa.

Entrevistado 4: Um pouco difícil trabalhar com alunos que às vezes tem dificuldade no aprendizado. Na escola que eu atuei não tinha salas adequadas, foram realizadas adaptações. Porém, materiais eram sempre disponíveis.

Entrevista 5: A relação inicial foi um pouco difícil até adaptar às regras. Mas com o passar das aulas, foram se familiarizando e as aulas tornaram-se gratificante e produtiva.

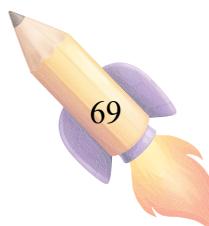
A Portaria Interministerial n. 17/2007, em seu Artigo 6º. (BRASIL, 2007), deixa clara a intenção dessa parceria:

Art. 6º O programa Mais Educação visa fomentar, por meio de sensibilização, incentivo e apoio, projetos ou ações de articulação de políticas sociais e implementação de ações socioeducativas oferecidas gratuitamente a crianças, adolescentes e jovens e que considerem as seguintes orientações:

[...]

VI – fomentar a participação das famílias e comunidades nas atividades desenvolvidas, bem como da sociedade civil, de organizações não governamentais e esfera privada;

9. As estruturas físicas das escolas estão adequadas para a implantação da Educação Integral?



Entrevistado 1: Não. Foram feitas adaptações para que o programa acontecesse.

Entrevistado 2: Sim, mais precisa de quadras com coberturas e melhoria no material que vem para desenvolvimento do programa

Entrevistado 3: Sim. Embora poderiam ser melhores.

Entrevistado 4: Não. As escolas não tem equipamentos adequados para um melhor desenvolvimento do Mais Educação.

Entrevista 5: Algumas, mas a gestão de nossa escola se desdobra para fazer o espaço ficar formidável.

Partindo das falas apresentadas acima, sabe-se que são inúmeros os entraves detectados na implementação do Programa Mais Educação. Cabe acrescentar que a área de atuação do PMEd, foi demarcada inicialmente, para atender em caráter prioritário, as escolas situadas em capitais e regiões metropolitanas que apresentam Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) abaixo de 2,9, e onde os estudantes encontram-se em situação de vulnerabilidade social, conforme o Decreto nº. 7.083/2010. (BRASIL, 2010).

Outrossim, iniciou em 2008 com a participação de 1.380 escolas, em 55 municípios em todos os estados da Federação e Distrito Federal. Em 2009 este número cresceu para mais de 5 mil escolas, em 126 municípios. Em 2010, o Programa passou a atender mais de 10 mil unidades escolares em 389 municípios. Já em 2011 aderiram ao Programa 14.995 escolas em 1.282 municípios, alcançando em 2014, a adesão de 51.440 mil escolas públicas. (BRASIL, 2014).

Cabe acrescentar ainda que, no entanto, de acordo com informações do MEC, a crise de ajuste fiscal, é responsável pela redução de financiamento e adesão de novas unidades escolares a este Programa no ano de 2015. Já em abril de 2016, este mesmo ministério publica uma portaria estabelecendo novas regras para adesão ao PMEd. A principal mudança diz respeito à redução dos recursos financeiros para o referido Programa, os quais serão direcionados para 26 mil unidades de ensino, as



quais, segundo o MEC, respondem por 70% dos problemas de alfabetização do país. No entanto, em maio deste mesmo ano, o ministro da educação do governo interino de Michel Temer¹⁰, Mendonça Filho, após avaliar as políticas educacionais dos últimos anos, resolve suspender, temporariamente, a adesão ao PMEd, alegando que o mesmo é ineficiente, apresentando problemas de gestão e grandes distorções entre o número de estudantes matriculados em educação integral e os declarados no Programa. Já em outubro do corrente ano, o MEC reformula o PMEd e lança o Programa Novo Mais Educação, por meio da Portaria nº 1.144, de 10 de outubro de 2016. Este documento apresenta as novas regras para adesão ao referido Programa, bem como as reformulações e diretrizes que orientarão a sua organização nas instituições escolares, a partir do ano de 2017.

No entanto, é na Portaria Normativa Interministerial nº 17, de 24 de abril de 2007, já mencionada anteriormente, que encontramos os marcos legais que dão origem ao PMEd. Quanto aos objetivos do Programa, esta portaria expressa que:

Art. 1º Instituir o Programa Mais Educação, com o objetivo de contribuir para a formação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio da articulação de ações, de projetos e de programas do Governo Federal e suas contribuições às propostas, visões e práticas curriculares das redes públicas de ensino e das escolas, alterando o ambiente escolar e ampliando a oferta de saberes, métodos, processos e conteúdos educativos. Parágrafo único. O programa será implementado por meio do apoio à realização, em escolas e outros espaços sócio-culturais, de ações sócioeducativas no contraturno escolar, incluindo os campos da educação, artes, cultura, esporte, lazer, mobilizando-os para a melhoria do desempenho educacional, ao cultivo de relações entre professores, alunos e suas comunidades, à garantia da proteção social da assistência social e à formação para a cidadania, incluindo perspectivas temáticas dos direitos humanos, consciência ambiental, novas tecnologias, comunicação social, saú-



de e consciência corporal, segurança alimentar e nutricional, convivência e democracia, compartilhamento comunitário e dinâmicas de redes. (BRASIL, 2007, grifos nossos).

10. O que você sugere para que o programa Mais Educação venha a melhorar ainda mais em relação à escola onde atua?

Entrevistado 1: A estrutura física, pedagógica; Tanto familiares e crianças entenderam e aderiram à relevância do programa. E que os materiais para serem confeccionados e trabalhados, sejam suficientes.

Entrevistado 2: A participação maior das famílias, promover o encontro das escolas que desenvolvem o PME.

Entrevistado 3: Ampliação no letramento e maior participação das famílias.

Entrevistado 4: Lugar adequado, mais alunos interessados no programa.

Entrevista 5: Ter um cuidado ao selecionar seus monitores. Averiguando o trabalho prestado pelos mesmos.

Além disso, a grande dificuldade encontrada por muitas comunidades está em vincular os saberes locais às possíveis parcerias, integrar a escola de forma a transbordar por seus arredores, ligando-se às parcerias locais. Cavaliere (2010, p. 8) chama a atenção para este fato:

As dificuldades encontram-se no fato de que as comunidades que mais necessitam da integração da escola com o seu entorno, são as comunidades populares, situadas, em geral, em regiões empobrecidas, sem recursos e equipamentos urbanos, públicos ou privados, o que faz com que a busca por novos espaços e parceiros sócio-educacionais, que possam irrigar a escola e ligá-la à



vida comunitária, represente uma dificuldade às vezes incontornável.

Nesse ínterim, nota-se que as dificuldades são díspares quando são articuladas as formas de aplicação das propostas inseridas no escopo do documento que norteia o Programa Mais Educação. Embora a proposta seja a de sugerir uma educação integral, a infraestrutura dos bojos escolares nem sempre são as ideias para se implantar uma proposta em consonância com as reais necessidades de cada contexto.

ESCOLA: MUNICIPAL BENJAMIM FARAH

ENTREVISTADO: ARTICULADOR DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO

CARGO/FUNÇÃO: COORDENADOR PEDAGÓGICO

1. Como se deu o processo de Adesão ao Programa Mais Educação? Os professores participaram?

R: O ato de adesão foi realizado pela gestora da escola em parceria com a Secretaria M. de Educação. A coordenação pedagógica e professores foram informados anteriormente sobre o objetivo do PME e sua necessidade naquele momento. A escola foi a pioneira no município a iniciar as atividades do referido programa em 2012.

Durante o ano de 2015, houve muita instabilidade em relação aos repasses e adesões ao programa. No ano de 2016, após muitas indefinições sobre sua continuidade, o Ministério da Educação instituiu o Programa Novo Mais Educação (BRASIL, 2016).

2. Qual a relação do Programa com o Projeto Político Pedagógico da Escola?



R: A proposta do Programa Mais Educação foi inserida no Projeto Político Pedagógico da escola com o objetivo de agregar as atividades em parceria com a comunidade escolar. Todavia, não foi reformulado quando houve a mudança para o Programa “Novo Mais Educação” foi instituído pela Portaria nº 1144, de 10/10/2016.

Conforme elucida Dessen (2007), uma das tarefas mais importantes a serem desenvolvidas pela escola, embora difícil de ser implementada, é preparar tanto alunos como professores e pais para viverem e superarem as dificuldades em um mundo de mudanças rápidas e de conflitos interpessoais, contribuindo para o processo de desenvolvimento do indivíduo.

3. Qual a expectativa da escola em relação ao Programa Mais Educação?

R: A promoção do desenvolvimento integral do aluno, diminuindo a defasagem idade – série através do letramento e integração social. Pois procura induzir a extensão da jornada escolar e ampliar as oportunidades de aprendizagem para os estudantes de Ensino Fundamental nas redes estaduais e municipais.

Partindo do relato acima, vê-se claramente que a compreensão da entrevistada acerca das proposições que norteiam o Mais Educação são bem condizentes as perspectivas inerentes ao documento. Vale mencionar que o Programa Mais Educação traz em seu escopo, aspectos muito particulares. Quanto às finalidades, o art. 2º expressa:

O Programa tem por finalidade: I - apoiar a ampliação do tempo e do espaço educativo e a extensão do ambiente escolar nas redes públicas de educação básica de Estados, Distrito Federal e municípios, mediante a realização de



atividades no contra turno escolar, articulando ações desenvolvidas pelos Ministérios integrantes do Programa; II - contribuir para a redução da evasão, da reprovação, da distorção 26 idade/série, mediante a implementação de ações pedagógicas para melhoria de condições para o rendimento e o aproveitamento escolar; III - oferecer atendimento educacional especializado às crianças, adolescentes e jovens com necessidades educacionais especiais, integrado à proposta curricular das escolas de ensino regular o convívio com a diversidade de expressões e linguagens corporais, inclusive mediante ações de acessibilidade voltadas àqueles com deficiência ou com mobilidade reduzida; IV - prevenir e combater o trabalho infantil, a exploração sexual e outras formas de violência contra crianças, adolescentes e jovens, mediante sua maior integração comunitária, ampliando sua participação na vida escolar e social e a promoção do acesso aos serviços sócio assistenciais do Sistema Único de Assistência Social - SUAS; V - promover a formação da sensibilidade, da percepção e da expressão de crianças, adolescentes e jovens nas linguagens artísticas, literárias e estéticas, aproximando o ambiente educacional da diversidade cultural brasileira, estimulando a sensorialidade, a leitura e a criatividade em torno das atividades escolares; VI - estimular crianças, adolescentes e jovens a manter uma interação efetiva em torno de práticas esportivas educacionais e de lazer, direcionadas ao processo de desenvolvimento humano, da cidadania e da solidariedade; VII - promover a aproximação entre a escola, as famílias e as comunidades, mediante atividades que visem a responsabilização e a interação com o processo educacional, integrando os equipamentos sociais e comunitários entre si e à vida escolar; e VIII - prestar assistência técnica e conceitual aos entes federados de modo a estimular novas tecnologias



e capacidades para o desenvolvimento de projetos com vistas ao que trata o artigo 1º desta Portaria. (BRASIL, 2007).

4. Quais foram os macrocampos escolhidos para serem trabalhados no Programa Mais Educação? Quem participou da escolha e quais os critérios utilizados?

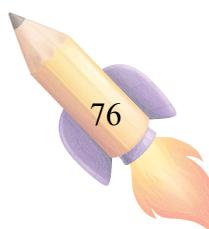
R: Letramento: Língua Portuguesa, Matemática, que são obrigatórios e os opcionais Capoeira, Teatro e Esporte (Futsal). Foram escolhidos através de uma reunião com a comunidade escolar e representações de alunos por turmas e turnos.

Em se tratando das oficinas, nota-se que a escola demonstrou uma grande preocupação com o acompanhamento pedagógico, pois talvez seja o aspecto que mereça maior atenção por parte da gestão.

No entanto, faz-se necessária a participação da família nesse contexto a fim de estreitarem a relação com os pressupostos elencados pelo programa e o que de fato se espera alcançar de resultados.

A importância da família é inquestionável, e sem a orientação na sua tarefa educacional para uma colaboração efetiva e evidente, a escola fracassará na sua função social. A escola hoje deixou de desempenhar tão somente a sua tarefa inicial de transmitir o conhecimento acumulado pela humanidade. A família transfere progressivamente os poderes educacionais dos pais para os professores e a escola, sem perceber que a função é insubstituível na educação da criança, sobre tudo para sua estabilidade emocional (FERREIRA, 2007, p. 89).

5. As estruturas físicas das escolas estão adequadas para a implantação da Educação Integral?



R: Não. O espaço para as aulas de letramento era exclusivo, mas as atividades de capoeira, teatro aconteciam na área externa ou salas improvisadas. A situação mais complicada foi a do esporte. A escola não possuía quadra, utilizava o Ginásio de Esportes, quando liberava, através de ofício. A maioria das atividades esportivas, eram realizadas na mesma área que acontecia a recreação escolar, em horários diferenciados.

6. Quais as parcerias estabelecidas com a sociedade na implantação do Programa Mais Educação?

R: Parceria com a Secretaria Municipal de Educação por meio das formações continuadas, grupo de teatro, familiares, comunidade escolar, Associação Ginga Bahia e estagiários.

7. Como estão sendo operacionalizadas as atividades do turno parcial e as atividades do contra turno?

R: No turno regular as atividades pedagógicas curriculares são desenvolvidas de segunda à sexta –feira nos horários das 7:30 às 11:30 e no turno vespertino das 13:30 às 17:30. As atividades do Programa Mais Educação acontecem de segunda à quinta –feira das 7:30 às 11:00 e no turno vespertino das 13:30 às 17:00. O dia do planejamento pedagógico é na sexta –feira no turno vespertino.

Assim como prediz o programa, a entrevistada tem a compreensão acerca do seu funcionamento. Haja vista, o Programa Mais Educação valoriza a gestão democrática, da qual todos os agentes envolvidos (gestores, professores, monitores, funcionários, alunos e os pais) assumem responsabilidades distintas, que tendem para o mesmo fim, ou seja, garantir a execução das atividades propostas de



forma a alcançar os objetivos propostos, isso resulta na participação e construção do Projeto Político Pedagógico (PPP). Para Veiga,

[...] processo de construção do projeto pedagógico é tarefa do corpo diretivo e da equipe técnica, por outro, é corresponsabilidade dos professores, dos pais, dos alunos, do pessoal técnico administrativo e de segmentos organizados da sociedade local contando, ainda, com a colaboração e assessoria efetivas de profissionais ligados à educação (VEIGA, 2003, p. 31).

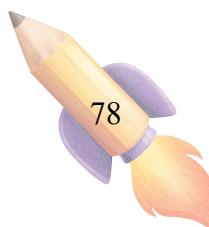
Conforme elucida Veiga, a proposta de construção do projeto pedagógico deve estar em consonância com a realidade sendo imbuídos da responsabilidade todos os atores educacionais. Nesse contexto, as ações engendradas pelo Programa Mais Educação devem fazer parte do Projeto Político-Pedagógico da escola.

8. Mais tempo na escola possibilita aos alunos, uma quantidade maior de oportunidades de aprendizagem?

R: O período integral é um tempo dedicado às atividades extraclasse, que contribuem para o desenvolvimento intelectual e social das crianças, além de despertarem seu interesse para diferentes áreas. Com isso, os alunos desenvolvem mais atenção às disciplinas que cursam no horário regular.

Saviani (2011) salienta que:

Quando entendemos que a prática será tanto mais coerente e consistente, será tanto mais qualitativa, será tanto mais desenvolvida quanto mais consistente e desenvolvida for a teoria que a embasa, e que uma prática será transformada à medida que exista uma elaboração teórica que justifique a necessidade de sua transformação e que proponha as formas de transformação, estamos pen-



sando a prática a partir da teoria. Mas é preciso também fazer o movimento inverso, ou seja, pensar a teoria a partir da prática, porque se a prática é fundamento da teoria, seu critério de verdade e sua finalidade, isso significa que o desenvolvimento da teoria depende da prática. (SAVIANI, 2011, p.91).

Partindo das premissas elencadas acima, percebe-se que uma prática será transformada à medida que exista uma elaboração teórica que justifique a necessidade de sua transformação e o Programa Mais Educação propõe exatamente a possibilidade de oportunizar aos educandos formas diferenciadas de educação, diferentemente da formal estabelecida nos bojos escolares.

9. Quais os entraves para superar o paralelismo do turno e contraturno?

R: Os principais entraves encontrados foram o fator transporte escolar, ausência de almoço na unidade de ensino. O que acarretava a frequência em todos os dias da semana. Alunos desistiram por não ter como retornar no horário devido à distância.

Como se denota, talvez o entrave do paralelismo do turno se contraponha à falta de apoio e a parceria com o sistema público educacional que, embora implemente as políticas públicas, esquecem das condições de acesso e estrutura para efetivação do PME.

10. O “professor comunitário”, do Programa Mais Educação vem sendo selecionado com base em sua proximidade com a comunidade?

R: Os mediadores da aprendizagem (Letramento e Matemática) foram selecionados pela gestora escolar devido ao trabalho prestado no ano anterior. Os facilitadores foram selecionados mediante currículo e entrevista realizada na Secretaria M.de Educação. Os mediadores também passa-



ram pelo processo seletivo, mas os gestores tiveram a autonomia para decidir entre os selecionados.

O Programa Mais Educação tem sido considerado um dos importantes determinantes na formulação e implementação de políticas de educação integral em tempo integral, uma vez que tem sido capaz de delinear “[...] modelos e experiências na área, em virtude de suas características e de seu desenho” (PARENTE, 2016, p. 568).

11. Quais os pontos negativos e positivos que houveram com a implantação do PME na escola e o que deveria ser melhorado?

R: Pontos negativos: Espaço físico sem uma estrutura adequada para realização de algumas oficinas, ausência de transporte, almoço e desistência de alguns alunos. Pontos positivos: Dedicção dos monitores, parceria e integração com a comunidade escolar e desenvolvimento na aprendizagem.

12. Os documentos basilares do Programa Mais Educação (SECADI E SEB) foram socializados com a comunidade?

R: Aconteceram reuniões e encontros com os pais e alunos onde a filosofia do programa foi apresentada e discutida.

Jaqueline Moll, diretora de Currículos e Educação Integral da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação defende que ampliar o tempo na escola não significa fazer mais do mesmo, mas: [...] garantir aprendizagens e reinventar o modo de organização dos tempos, espaços e lógicas que presidem os processos escolares, superando o caráter discursivo e abstrato, predominante nas práticas escolares (MOLL, et al. 2012, p.133).



13. Houve melhorias no IDEB, na última avaliação do MEC? E qual a relação desse índice com o Programa Mais Educação?

R: Sim. Em 2013 o IDEB da escola era de 2.4; 2015: 4.2 e 2017: 4.7, alcançando a meta para o referido ano que era de 4.7. A escola possui o PME desde o ano de 2012.

Como se denota, há uma sensível melhora no IDEB que possivelmente, tenha reflexos do PME. Contudo, pudemos entender que os sujeitos percebem que o Programa Mais Educação traz benefícios para a escola, por conseguir assegurar, aos estudantes, maior tempo na escola, melhorando as aprendizagens e fornecendo atividades no campo do esporte e lazer que possibilitam outras vivências aos estudantes e também fortalecem a relação do estudante com a escola.

Na perspectiva de estabelecer parâmetros de avaliação institucional na educação básica, a criação do IDEB visa avaliar a aprendizagem dos alunos a partir dos índices obtidos nas provas de Português e Matemática, taxa de repetência e evasão escolar e com isso criou-se metas de melhoria desses índices, como o objetivo de em 2022, alcançar-se a média de 6,0, superando o índice inicial de 3,8 em 2005. (SAVIANI, 2008, 13)

ESCOLA: MUNICIPAL BENJAMIM FARAH

ENTREVISTADO:

CARGO/FUNÇÃO: DIRETORA

1. Como se deu o processo de Adesão ao Programa Mais Educação? Os professores participaram?

R: Através do desempenho do ensino- aprendizagem, onde foi detectado baixo índice nas



disciplinas de português e matemática. Então, equipe gestora, professores e secretaria de educação aderiram ao programa para alcançar a meta do IDEB e ter programa como aliado dos professores no desempenho do ensino- aprendizagem.

2. Qual a relação do Programa com o Projeto Político Pedagógico da Escola?

R: A escola tem como meta no PPP. Atingir o IDEB e dar reforço no contra turno. Então o Programa Mais Educação veio alinhar a meta do Programa Político Pedagógico às ações do programa.

No projeto da globalização, essas relações [plano nacional – plano internacional] se estabelecem sobretudo tendo como centro nevrálgico os grandes projetos estatísticos internacionais e, muito em particular, o projeto Indicators of Educational Systems (Indicadores dos Sistemas Educativos) (Ines), do Centre for Educational Research and Innovation (Ceri), da OCDE. (TEODORO, 2012, p. 22, grifos do autor)

A globalização na Educação parte da ideia neoliberal de competição, de disputa. Seus parâmetros de avaliação, como será discutido mais à frente, estão voltados aos valores do mercado. Ainda com a colaboração de Teodoro, discutimos que “nesses projetos estatísticos, a escolha dos indicadores constitui a questão determinante para a fixação de uma agenda global para a educação, com grande impacto nas políticas de educação dos países centrais, mas igualmente dos países situados na semiperiferia dos espaços centrais” (2012, p. 22) (grifos do autor).

3. Qual a expectativa da escola em relação ao Programa Mais Educação?

R: Melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental, por



meio da aplicação da jornada escolar, otimizando o tempo das crianças na escola.

No depoimento acima suscitado, depreende-se a grande necessidade de intervenções nos componentes curriculares Língua Portuguesa e Matemática. Nesse sentido, o PME traz em seu escopo um acompanhamento pedagógico muito importante e dão uma sustentação para as ações voltadas para a melhoria nos índices de aprendizagem.

Quanto às finalidades, o art. 2º expressa:

O Programa tem por finalidade: I - apoiar a ampliação do tempo e do espaço educativo e a extensão do ambiente escolar nas redes públicas de educação básica de Estados, Distrito Federal e municípios, mediante a realização de atividades no contra turno escolar, articulando ações desenvolvidas pelos Ministérios integrantes do Programa; II - contribuir para a redução da evasão, da reprovação, da distorção 26 idade/série, mediante a implementação de ações pedagógicas para melhoria de condições para o rendimento e o aproveitamento escolar; III - oferecer atendimento educacional especializado às crianças, adolescentes e jovens com necessidades educacionais especiais, integrado à proposta curricular das escolas de ensino regular o convívio com a diversidade de expressões e linguagens corporais, inclusive mediante ações de acessibilidade voltadas àqueles com deficiência ou com mobilidade reduzida; IV - prevenir e combater o trabalho infantil, a exploração sexual e outras formas de violência contra crianças, adolescentes e jovens, mediante sua maior integração comunitária, ampliando sua participação na vida escolar e social e a promoção do acesso aos serviços sócia assistenciais do Sistema Único de Assistência Social - SUAS; V - promover a formação da sensibilidade, da percepção e da expressão de crianças, adolescentes e jovens nas linguagens artís-



ticas, literárias e estéticas, aproximando o ambiente educacional da diversidade cultural brasileira, estimulando a sensorialidade, a leitura e a criatividade em torno das atividades escolares; VI - estimular crianças, adolescentes e jovens a manter uma interação efetiva em torno de práticas esportivas educacionais e de lazer, direcionadas ao processo de desenvolvimento humano, da cidadania e da solidariedade; VII - promover a aproximação entre a escola, as famílias e as comunidades, mediante atividades que visem a responsabilização e a interação com o processo educacional, integrando os equipamentos sociais e comunitários entre si e à vida escolar; e VIII - prestar assistência técnica e conceitual aos entes federados de modo a estimular novas tecnologias e capacidades para o desenvolvimento de projetos com vistas ao que trata o artigo 1º desta Portaria. (BRASIL, 2007).

4. Quais foram os macrocampos escolhidos para serem trabalhados no Programa Mais Educação? Quem participou da escolha e quais os critérios utilizados?

R: Acompanhamento pedagógico (letramento e matemática), capoeira, teatro e esporte. A equipe gestora organizou uma reunião com pais, professores, representantes de alunos e demais funcionários, no objetivo de escolher as atividades.

Esses macrocampos utilizados pela escola são, como se vê, muito importantes para a realidade. Trazem em seu escopo, fundamentos que servem de eixo basilar para a execução de propostas de intervenção pedagógica.

O monitoramento da implementação do Programa Mais Educação indicou vários benefícios para a comunidade escolar, dentre eles: melhoria do projeto



político-pedagógico; ampliação das oportunidades educativas oferecidas aos alunos; estreitamento das relações com a comunidade, entre escolas e dessas com a Secretaria de Educação; e melhoria dos espaços físicos. No entanto, também indicou as principais dificuldades na operacionalização do programa: falta de articulação do programa com o projeto político-pedagógico; falta de apoio pedagógico e institucional; evasão de alunos nas atividades do programa; falta de parceria entre monitor das oficinas e professor regular; falta de espaço físico adequado para realização das atividades; falta de apoio da família (PARENTE; AZEVEDO, 2011).

5. As estruturas físicas das escolas estão adequadas para a implantação da Educação Integral?

R: Não. Precisou fazer adaptações para garantir o funcionamento.

Em consonância com o relato acima, presume-se ser um grande entrave a questão estrutural.

Sobre a questão do espaço, o Programa esclarece que:

O espaço físico da escola não é determinante para a oferta de Educação Integral. O reconhecimento de que a escola não tem espaço físico para acolher as crianças, adolescentes e jovens nas atividades de Educação Integral não pode desmobilizar. O mapeamento de espaços, tempos e oportunidades é tarefa que deve ser feita com as famílias, os vizinhos, enfim, toda a comunidade (BRASIL, 2016, p.18).

6. Quais as parcerias estabelecidas com a sociedade na implantação do Programa Mais Educação?



R: Secretaria Municipal de Educação, família, escola, alguns estagiários e amigos da escola.

7. Como está sendo operacionalizado as atividades do turno parcial e as atividades do contra turno?

R: De acordo com a nossa realidade, está fluindo de modo positivo. Porém, demanda muito esforço por parte da equipe gestora, professores, facilitadores, mediadores e do articulador.

8. Mais tempo na escola possibilita aos alunos, uma quantidade maior de oportunidades de aprendizagem?

R: Sim. É possível perceber os avanços na aprendizagem dos alunos, no desempenho da sala de ensino regular e também nas avaliações internas e externas.

9. Quais os entraves para superar o paralelismo do turno e contraturno?

R: Falta de um espaço adequado, falta de um coordenador específico para o programa e recurso escasso. O coordenador pedagógico escolar, além de suas atribuições ainda foi designado para ser articulador do Programa Mais Educação.

Nota-se com isso que a proposta do Programa não é exatamente a de investir em infraestrutura para atendimento da educação de tempo integral, cabendo à escola e à comunidade buscar espaços extraescolares para atendimento da demanda do programa. Sobre a proposta de educação integral vislumbrada pelo PMEd, Cavaliere (2014) alerta que:



Apesar da utilização do termo como epíteto ou mesmo slogan, o tipo de trabalho que vem sendo realizado nas escolas, a partir do PME, na maioria das vezes passa longe de uma prática que poderia vir a ser nominada de educação integral, visto que o modelo organizacional é liminarmente incompatível com a sua realização. (CAVALIERE, 2014, p. 1214).

10. O “professor comunitário”, do Programa Mais Educação vem sendo selecionado com base em sua proximidade com a comunidade?

R: Sim. Passa também por processo seletivo.

11. Quais os pontos negativos e positivos que houveram com a implantação do PME na escola e o que deveria ser melhorado?

R: Negativos: Espaço sem conforto, escola sem espaço adequado para realização das atividades físicas, de lazer e falta de recurso suficiente para a manutenção do programa. Positivos: Melhoria na aprendizagem dos alunos.

12. Os documentos basilares do Programa Mais Educação (SECADI E SEB) foram socializados com a comunidade?

R: Sim. Foi realizado em reuniões e momentos de estudos.

13 Houve melhorias no IDEB, na última avaliação do MEC? E qual a relação desse índice com o Programa Mais Educação?



R: Sim. O programa enfatizou, reforçou o trabalho dos professores do ensino regular, contribuindo assim para um ensino- aprendizagem significativo.

14 Qual a influência do PME na qualidade da educação?

R: Ampliação de letramento e melhoria do desempenho em língua portuguesa e matemática, fruto de acompanhamento pedagógico específico, da diminuição do abandono escolar, da reprovação, da implementação de ações pedagógicas com o objetivo de melhoras significativas do rendimento e desempenho escolar.

Em consonância com os depoimentos já enfatizados pelos sujeitos entrevistados, cabe acrescentar que Saviani (2009) defende a construção e o domínio do conhecimento historicamente acumulado pela humanidade com o intuito de aplicá-la para superar a sociedade de mercado. De acordo com esse autor, uma vez dominado o conhecimento, o proletariado é capaz de formar os mecanismos necessários a serem usados nos conflitos diretos e indiretos da luta de classes. A isso Saviani chamará de Pedagogia Histórico-Crítica. E mais:

Eis aí o sentido da frase —a verdade é sempre revolucionária!. Eis aí também por que a classe efetivamente capaz de exercer a função educativa em cada etapa histórica é aquela que está na vanguarda, a classe historicamente revolucionária. Daí o caráter progressista da educação. [...] (SAVIANI, 2009, p. 79).

Assim, os aspectos acima mencionados corroboram para considerar pertinente a aplicação dos pressupostos teórico-práticos do programa, considerando pertinente enfatizar as vertentes signi-



ficativas dos meandros que circundam o Mais Educação nos espaços escolares mais díspares.





CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que discutir e lutar pela educação nos dias atuais se faz essencial para que a os avanços e conquistas não sejam invisibilizados perante o poder público. Entretanto, nos preocupa muito o rumo que as políticas públicas educacionais vêm tomando na sua estreiteza com o mercado e com os mecanismos internacionais.

Os respectivos mecanismos vêm buscando criar, no imaginário popular, a concepção de uma escola pública - destacamos aqui escolas públicas que implementam com muita dificuldade o Programa mais Educação – que não é capaz de produzir conhecimento, atrasada, que não dá perspectiva ao aluno, e faz isso através da precarização levada à cabo pela própria natureza do neoliberalismo: estado mínimo para as demandas sociais e máximo para testar, divulgar números.

Diante disso, a discussão aqui estabelecida se faz tão importante e necessária, porque ela oferece subsídios para a análise das causas, não apenas das consequências. A proposta do Mais Educação é isso, a consequência de um projeto de inserção social em que a exclusão precisa ser extirpada mesmo em uma realidade em que muitos continuam explorando a força de trabalho em busca de lucro e riqueza para poucos.

Entretanto, a educação tem um lugar muito significativo de poder ressignificar ao homem o conhecimento de si e da humanidade. E não está livre das contradições burguesas, é a partir dessas contradições que é possível à classe trabalhadora agir, é através dela que há correlação de forças. Mas é preciso organização, é preciso, principalmente àqueles que se propõem fazer uma educação de qualidade, combater a superficialidade em que se centram as discussões educacionais, os programas, os projetos educacionais. Não é à toa o combate às categorias de totalidade e universalidade em detrimento a aspectos mais locais, específicos e pontuais.

Neste sentido, tivemos como objetivo analisar e refletir a respeito das atividades desenvolvidas na Escola Municipal Benjamim Farah no ano de 2017 em Bom Jesus da Lapa - Ba, em uma perspectiva de compreender como o Programa Mais Educação considera a otimização do espaço físico para o bom atendimento dos estudantes. Os resultados demonstraram que, embora a perspectiva do



programa seja a de ampliar a possibilidade de acesso a uma educação integral, a escola ainda sente os entraves para se implementar, de fato, ações mais incisivas de transformação social. Entretanto, vem trabalhando para a qualidade de ensino envolvendo seus atores (monitores, gestores, professores, coordenadores, funcionários, alunos e família) a fim de justificar o investimento e a implantação da jornada de contraturno, como uma política pública educacional, que traz melhorias para o contexto escolar.

Os problemas que circundam o Programa Mais Educação como pudemos discutir, possuem como base questões antigas e inerentes da educação capitalista, que mostra a todo período que, perante esse sistema, não há espaço para todos, mas o aporte teórico o qual essa pesquisa se fundamenta não concebe que alguns nasçam para explorar e outros (extrema maioria) para ser explorados. O ambiente escolar, quando não reflete um interesse de transformação da sociedade, vem reforçando essa exclusão, que é perceptível pela reprovação, a evasão e o abandono, mas não apenas por esses elementos.

Referente ao objetivo de investigação das linhas, diretrizes, opção política em termos de projeto de escola e de sociedade às quais estão alinhadas as políticas educacionais no município, a pesquisa revelou que há todo um conjunto de determinações que visam diminuir os índices de aprendizagem, sobretudo, no que tange ao alcance dos indicadores criados pelos órgãos internacionais e pelos acordos assinados com os empresários, como o compromisso Todos pela Educação. Esses vêm juntos tomando espaço mediante à criação de políticas educacionais visando uma educação cada vez menos pública. É preciso estar atento à política de evidências (FREITAS, 2018), sobretudo em relação às escolas que aderiram ao Programa Mais Educação para que não deixemos que as análises quantitativas dos resultados encubram os fatores que tornam a aprendizagem dos alunos atendidos por esse programa insuficiente.

Alinhando essas discussões com o fato de que alguns professores do espaço escolar pesquisado revelarem que não possuem formação específica para lidarem com questões como avaliação no



ciclo, por terem uma visão ainda limitada acerca das proposições que fica na superficialidade do “não dá certo”, “é difícil” e acabam, na aceitação e interiorização desse discurso, deixando de lutar por uma educação de qualidade. Por esses e outros fatores já levantados no texto, acreditamos que os encontros formativos poderão contribuir para uma mudança de mentalidade dos professores monitores do programa, que poderá também reverberar em mudanças na prática.

Fundamentados numa base teórica crítica como forma de compreensão da realidade e nos pressupostos da Pedagogia Histórico-Crítica, acreditamos que as discussões elencadas para os encontros formativos são capazes de fomentar nos monitores uma inquietação quanto à forma como enxergam o Programa Mais Educação e que podem se reorganizar para construir uma proposta pedagógica condizente com os pressupostos que norteiam o referido documento norteador.

A partir da proposta da construção de uma sequência didática interdisciplinar e multietapas do desenvolvimento cognitivo (numa perspectiva não (multi)seriada, mas sim de compreensão de que numa sala, sobretudo nas escolas atendidas pelo programa que possuem suas especificidades, há alunos em diferentes níveis de desenvolvimento cognitivos e idades), buscamos valorizar e ressignificar o trabalho desenvolvido pelos professores monitores mostrando que o planejamento deve ser específico para a modalidade de forma que se planeje numa perspectiva diferenciada, voltada à valorização do alunos, suas conquistas, a capacidade de inserção social. Enfim, a escola enquanto espaço de produção de vida e de cultura.

Nesse ínterim utilizou-se essa construção também para discutir a avaliação numa perspectiva emancipatória, não punitiva. Nesse sentido, compreende-se as propostas de atividades do Mais Educação emergem como um dos desafios da escola na atualidade: trabalhar numa perspectiva contrária à fragmentação do conhecimento e avançar na criação de uma proposta pedagógica que associe teoria e prática de forma que os estudos e ações sejam feitos de maneira coletiva e intencional a fim de assegurar a existência de uma proposta transformadora e emancipatória dos sujeitos.

Partindo dos pressupostos abordados e com base nos fundamentos teóricos estudados, algu-



mas observações serão elencadas visando auxiliar a prática docente, bem como o trabalho da equipe gestora no tocante à realização de uma proposta de ação pedagógica mais coerente com as reais necessidades da escola como elemento imprescindível à concretização de experiências exitosas, não no que tange ao fato de ser “modelo” a ser seguido, mas como sugestões que possam complementar aquilo que já se vivencia como algo expressivo.

- É fundamental que se proporcione condições necessárias ao desenvolvimento de hábitos positivos de parceria as vertentes educativas e as ações mediadoras do PME, incluindo oportunidades para vivenciar todas as formas possíveis que estreitem essa relação, buscando propiciar amplo aprendizado.

- Investir na formação contínua dos professores, mesmo sabendo que nos espaços escolares o papel desempenhado por eles abrange praticamente díspares funções, torna-se fundamental dar prioridade à qualificação profissional destes que são os mediadores das vivências mais diversas nos contextos escolares, principalmente no aspecto de estreitamento da relação família-escola-proposta do PME e na mediação da criança com o processo de aprendizagem;

- A efetivação desses trabalhos não deve ser a meta principal para a sua realização, e sim o desenvolvimento de uma relação mais dialética e dialógica entre os pais e a escola no contexto de aplicação das propostas oriundas do Programa Mais Educação.

Diante disso, o que se percebe é que se a escola desempenhar uma ação conjunta com a família possibilitará construir um espaço onde o educando seja o protagonista no processo de aquisição do conhecimento. Nessa relação efetiva entre a escola e a família, a aprendizagem ocorrerá de forma mais constante, assegurando que todos os alunos, indistintamente, possam desenvolver uma postura mais autônoma, emancipada e consciente diante da realidade social em que está inserido.

Finalizando esse trabalho, acreditamos termos cumprido os objetivos a que nos propusemos, entretanto, percebemos que há ainda muitos outros desafios e lacunas a serem estudadas e confronta-



das. Destacamos: os impactos dessas políticas educacionais na manutenção da educação pública, uma vez que caminhamos para uma homogeneização e estreitamento curricular para conseguir avançar nesses resultados; a política de evidências e o desmanche das escolas públicas através da nucleação, pois precarizam a escola e colocam nos maus resultados, motivos para fechá-las; bem como os prejuízos da não efetivação de ações transformadoras para as comunidades escolares e para o direito à educação das crianças em seus díspares estágios e fases do desenvolvimento.





REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Ministério da Educação. Educação integral/educação integrada e(m) tempo integral: concepções e práticas na educação brasileira - Mapeamento das experiências de jornada escolar ampliada no Brasil. Brasília: MEC/SECAD, 2009a.

_____. Portaria Normativa Interministerial nº 17, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa Mais Educação que visa fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio a atividades sócio-educativas no contraturno escolar. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 abr. 2007b.

_____. Portaria Normativa Interministerial nº 19, de 24 de abril de 2007. Estabelece as diretrizes para cooperação entre o Ministério da Educação e o Ministério do Esporte, com o objetivo de definir critérios visando a construção de quadras esportivas ou infra-estrutura esportiva em espaços escolares. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 abr. 2007c.

_____. MEC. Redes de Aprendizagem: boas práticas de municípios que garantem o direito de aprender. s. d.

_____. MEC. Plano de Desenvolvimento da Educação: Razões, Princípios e Programas. Brasília, DF: MEC, 2007f.

_____. Rede de saberes mais educação: pressupostos para projetos pedagógicos de educação integral: caderno para professores e diretores de escolas. Brasília: MEC/SECAD, 2009b.

_____. Educação integral: texto referência para o debate nacional. Brasília: MEC/SECAD, 2009c.



_____. Gestão Intersetorial no Território. Brasília: MEC/SECAD, 2009d.

_____. Programa Mais Educação – Passo a Passo. Brasília: MEC/SECAD, sd.

_____. Manual da educação integral para obtenção de apoio Financeiro através do programa dinheiro direto na escola – Pdde/integral, no exercício de 2010. Brasília: SECAD/MEC, sd.

ANTUNES, Celso. A linguagem do afeto: como ensinar virtudes e transmitir valores. Campinas, São Paulo. Papirus, 2005.

BERTRAND, L. A. (org). Cidadania e Educação: rumo a uma prática significativa. Campinas: Papirus, 1999.

BRASIL. Ministério Da Educação. Programa Mais Educação – Passo a passo por Maria Eliane Santos, et al. Brasília: MEC – Secad., 2009a. Disponível em: . Acesso em 02 nov. 2019.

BRASIL. Ministério Da Educação. Série Mais Educação: Educação Integral. – Brasília: MEC – Secad., 2009b; BRASIL. Ministério Da Educação. Série Mais Educação: Gestão Intersetorial no Território. – Brasília: MEC – Secad., 2009c.

BRASIL. Ministério Da Educação. Série Mais Educação: Rede de Saberes Mais Educação – pressupostos para projetos pedagógicos de educação integral: caderno para professores e diretores de escolas. – Brasília: MEC – Secad., 2009d.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria n. 1.144, de 10 de outubro de 2016. Institui o Programa



Novo Mais Educação, que visa melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental. Disponível em: Acesso em: 13 nov. 2019.

BRASIL. Ministério Da Educação. Decreto nº. 7.083, de 27 de janeiro de 2010, que dispunha sobre o Programa Mais Educação. Disponível em: . Acesso em: 15 out. 2019.

CAVALIERE, Ana Maria . Questões sobre uma proposta nacional de gestão escolar local. In: IV Congresso Luso Brasileiro, I Congresso Ibero Brasileiro, 2010, Elvas, Cáceres e Mérida. Anais Espaço Público da Educação: emergência de políticas e práticas de gestão local, regional e nacional, 2010. v. 9. p. 1-11. Disponível em: . Acesso em: 25 out. 2019.

_____, Ana Maria. Educação Integral. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade. et al. Dicionário trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010, CD ROM.

_____, Ana Maria Villela. Escola pública de tempo integral no Brasil: filantropia ou política de estado? Educ. Soc., Campinas, v. 35, n. 129, p. 1205-1222, out.-dez. 2014.

DESSEN, M. A. & Polonia, A. C. (2007). Família e Escola, Paidéia, 2007, 17(36), 21-32.

FÉ, Maria de Brito Moura. A importância do desenvolvimento emocional na Formação do educando. Monografia. UNIVERSIDADE CÂNDIDO MENDES. Disponível em:< www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/.../27661.>Acesso em: 02 de out de 2019.

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. Psicogênese da Língua escrita. Porto Alegre: Artmed,1999.



FERREIRO, E.: Reflexões sobre alfabetização. 22 ed. São Paulo: Cortez, 1993.

_____. Passado e presente dos verbos ler e escrever. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. Alfabetização e cultura escrita. Nova Escola, Ed. Abril, São Paulo nº 162, maio 2003.
p.28.

FERNANDES, Reynaldo. Índice de Desenvolvimento da educação básica (Ideb). Série Documental. Textos para Discussão (26). Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007, 26 p.

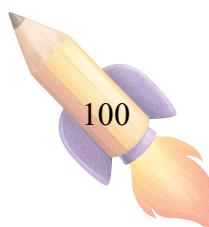
FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 11.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

GALVÃO, A. e LEAL, T.F. Alfabetização, letramento e construção de unidades linguísticas. In: Seminário Internacional de Leitura e Escrita – Letras e Vidas, promovida pela Secretaria Estadual de Educação de São Paulo, 2005.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

GONÇALVES, E. P. Conversas sobre iniciação à pesquisa científica. Campinas, SP: Alínea, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos. Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente, 4 ed. – São Paulo: Cortez, 2000.- (Coleção Questões da Nossa Época: v. 67).



MINAYO, M. C. S. O Desafio do Conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde. 2ª ed. SP: HUCITEC/ RJ: ABRASCO, 1993.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

MOLL, Jaqueline. Município que educa: nova arquitetura da gestão pública. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire (Ed,L), 2009.

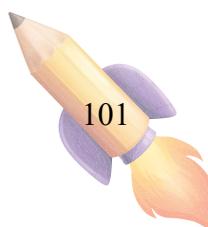
_____, Jaqueline. A agenda da educação integral: compromissos para sua consolidação como política pública. In: MOLL, Jaqueline (org). Caminhos da Educação Integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso. 2012.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. Educação e política no Brasil de hoje/ Lúcia Maria Wanderley Neves/ São Paulo: Cortez, 1994.

PARENTE, C. da M. D. Construindo uma Tipologia das Políticas de Educação Integral em Tempo Integral. Roteiro, Joaçaba, v.41, n.3, pp.563-586, set./dez. 2016.

_____, C. da M. D.; AZEVEDO, E. do N. Monitoramento do Programa Mais Educação em Sergipe. In: PARENTE, C. da M. D.; PARENTE, J. M. (Orgs.). Avaliação, Política e Gestão da Educação. São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2011, pp.131-145.

PARO, Vitor Henrique. Escola de tempo integral: desafio para o ensino público. São Paulo: Cortez,



Autores Associados, 1988

ROSSINI, Maria Augusta Sanches. *Pedagogia afetiva*. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2001.

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do “breve século XIX” brasileiro. In: SAVIANI, Dermeval; ALMEIDA, J. S.; SOUZA, R. F. de; VALDEMARIN, V. T. O legado educacional do século XIX. Campinas: Autores Associados, 2006.

_____, C. SAVIANI, Dermeval (2011a), *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*, 11ª ed. Campinas: Autores Associados.

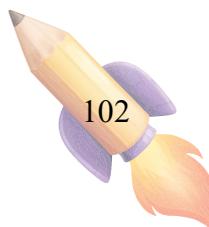
_____, Dermeval. Desafios da construção de um sistema nacional articulado de educação. *Trab. Educ. Saúde*, Rio de Janeiro, v. 6 n. 2, p. 213-231, 2008.

SOARES, M. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. In: *Alfabetização, leitura e escrita*. 26ª Reunião Anual da ANPED – GT Alfabetização, Leitura e Escrita. Poços de Caldas, 7 de outubro de 2003.

_____. Letramento e escolarização. In: UNESP. *Cadernos de formação: Alfabetização*. São Paulo: UNESP, p. 79-98, 2003.

_____. *Alfabetização e letramento, caminhos e descaminhos*. Pátio, nº. 29. Ano VII, editora Artes Médicas Sul Ltda., 2004.

_____. *Alfabetização e letramento*. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2011.



TEIXEIRA, A. (1994). Educação não é privilégio. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ. (Original publicado em 1957)

TIBA, Içami. Disciplina: limite na medida certa. 8. ed. São Paulo: Editora Gente, 1996.

_____. Quem ama educa. São Paulo: Gente, 2002.

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. 1. ed. – 19. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2010.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Disciplina: construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola. 7. ed. São Paulo: Libertad, 1989.

_____. Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad, 2002.

VEIGA, Ilma P. A. Perspectivas para reflexão em torno do projeto políticopedagógico. In: VEIGA, Ilma; RESENDE, Lúcia Maria (orgs). Escola: espaço do projeto político-pedagógico. São Paulo: Papirus Editora, 2003. 200 p.

WAGNER, Adriana. Desafios psicossociais da família contemporânea. Porto Alegre : Artmed, 2011.

YUS, R. As comunidades de aprendizagem na perspectiva holística. IN: PÁTIO –REVISTA PEDAGÓGICA. Comunidades de Aprendizagem. Porto Alegre: ARTMED Editora S/A, 2003.



Política e Escopo da Coleção de livros Humanas em Perspectiva



A Humanas em Perspectiva (HP) é uma coleção de livros publicados anualmente destinado a pesquisadores das áreas das ciências humanas. Nosso objetivo é servir de espaço para divulgação de produção acadêmica temática sobre essas áreas, permitindo o livre acesso e divulgação dos escritos dos autores. O nosso público-alvo para receber as produções são pós-doutores, doutores, mestres e estudantes de pós-graduação. Dessa maneira os autores devem possuir alguma titulação citada ou cursar algum curso de pós-graduação. Além disso, a Coleção aceitará a participação em coautoria.

A nossa política de submissão receberá artigos científicos com no mínimo de 5.000 e máximo de 8.000 palavras e resenhas críticas com no mínimo de 5 e máximo de 8 páginas. A HP irá receber também resumos expandidos entre 2.500 a 3.000 caracteres, acompanhado de título em inglês, abstract e keywords.

O recebimento dos trabalhos se dará pelo fluxo contínuo, sendo publicado por ano 10 volumes dessa coleção. Os trabalhos podem ser escritos em português, inglês ou espanhol.

A nossa política de avaliação destina-se a seguir os critérios da novidade, discussão fundamentada e revestida de relevante valor teórico - prático, sempre dando preferência ao recebimento de artigos com pesquisas empíricas, não rejeitando as outras abordagens metodológicas.

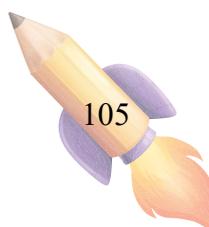
Dessa forma os artigos serão analisados através do mérito (em que se discutirá se o trabalho se adequa as propostas da coleção) e da formatação (que corresponde a uma avaliação do português e da língua estrangeira utilizada).



O tempo de análise de cada trabalho será em torno de dois meses após o depósito em nosso site. O processo de avaliação do artigo se dá inicialmente na submissão de artigos sem a menção do(s) autor(es) e/ou coautor(es) em nenhum momento durante a fase de submissão eletrônica. A menção dos dados é feita apenas ao sistema que deixa em oculto o (s) nome(s) do(s) autor(es) ou coautor(es) aos avaliadores, com o objetivo de viabilizar a imparcialidade da avaliação. A escolha do avaliador(a) é feita pelo editor de acordo com a área de formação na graduação e pós-graduação do(a) professor(a) avaliador(a) com a temática a ser abordada pelo(s) autor(es) e/ou coautor(es) do artigo avaliado. Terminada a avaliação sem menção do(s) nome(s) do(s) autor(es) e/ou coautor(es) é enviado pelo(a) avaliador(a) uma carta de aceite, aceite com alteração ou rejeição do artigo enviado a depender do parecer do(a) avaliador(a). A etapa posterior é a elaboração da carta pelo editor com o respectivo parecer do(a) avaliador(a) para o(s) autor(es) e/ou coautor(es). Por fim, se o trabalho for aceito ou aceito com sugestões de modificações, o(s) autor(es) e/ou coautor(es) são comunicados dos respectivos prazos e acréscimo de seu(s) dados(s) bem como qualificação acadêmica.

A nossa coleção de livros também se dedica a publicação de uma obra completa referente a monografias, dissertações ou teses de doutorado.

O público terá acesso livre imediato ao conteúdo das obras, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.



Índice Remissivo



A

Aprendizado

página 65

página 66

página 67

página 69

página 80

E

Educação

página 38

página 40

página 42

página 64

página 94

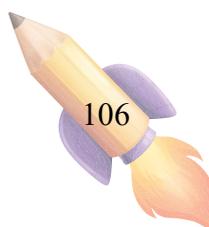
Escola

página 8

página 83

página 85

página 87



página 88

P

Professor

página 15

página 30

página 39

página 43

página 79

Programa

página 62

página 72

página 74

página 81

página 86





Essa obra escrita pela pesquisadora permite que possamos pensar sobre a aplicabilidade e efetividade de uma política pública de estímulo ao processo de educação por meio do Programa Mais Educação. Os dados levantados e a análise feita pela autora servem de base para melhorias de qualidade das políticas públicas, bem como reflexão sobre o próprio sistema de ensino, a fim de proporcionar uma educação mais inclusiva e efetiva.



Periodicojs
EDITORA ACADÊMICA